



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

**ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

3Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no anexo do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, 11º andar, sala 1108-5auditório, nesta Capital, com o início às quatorze horas e vinte minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Claudio Dilda**, Presidente do CONSEMA; **Sr. José Alberto Wenzel** e **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**, Representantes 7da Secretária do Meio Ambiente; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos 8Assuntos Internacionais; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Edson Ferreira Alves**, 9Representante do Secretário da Justiça e da Segurança; **Sr. Adoraldo Antônio Schio**, Representante do Secretário da 10Agricultura e Abastecimento; **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do Secretário da Coordenação e 11Planejamento; **Sr. Frederico de Carli**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Eberson Thimmig** 12**Silveira**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante 13do Secretário da Cultura; **Sra. Mariângela Correa Laydner**, Representante do Secretário das Obras Públicas e 14Saneamento; **Sr. Guilherme Dornelles**, Representante Suplente da AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante 15Titular da FETAG; **Sr. Miguel Schmidt Prym** e **Valtemir Goldmeier**, Representantes Titular e Suplente da FAMURS; **Sr.** 16**Sérgio Cardoso** e **Sr. Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes Titular e Suplente dos Comitês de Bacias 17Hidrográficas; **Sr. Mauro André Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Clebes Brum Pinheiro** e **Sr.** 18**Eduardo Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sra. Kathia Maria** 19**Vasconcellos Monteiro**, Representante suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano** 20**da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. José Lauro de Quadros**, 21Representante Titular da FARSUL; **Sra. Elisabete Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universidade Privada; 22**Sra. Maria Teresa Monica Raya Rodriguez**, Representante Suplente da Instituição Universidade Pública; **Sra. Maria** 23**Susete Centeno**, Representante Suplente do Sindiágua; **Sr. Vladimir Ortiz**, Representante Suplente da FIERGS. 24Participaram também Patrícia Neves, Maria da Silva, Irmão Laurindo Vracelli, Margô Guadalupe Antonio, DEFAP, Milton 25Stake, Diretor do DEFAP, Sérgio Sandler, Morador da Ilha das Flores, Daniel Santa Caharina, José Augusto Nunes Hirt, 26DEFAP, Vítor Kessler, proprietário de área do Delta, Luis Rios de Moura Baptista, AGAPAN, Geraldo, Clube de Mães – 27(UIGM), Ivo Lessa Silveira Filho, FARSUL, José Artigas Souza Leão, morador da Ilha da Pintada, Cármen Cruz, Secretária 28Estadual da Saúde, Maurício Colombo, C.T. Gestão das Águas, Leonardo Lima Pires, Ong Ambiental Associação 29Itai/Aiman, Rolf A. Naumann, Fórum de Planejamento 2, Solon Luiz da Silva, Ilha Grande – Hotel da Ilha, João Osório 30Rutkosk, Itai/Caiman, Claudio Nery Martins, Prefeitura Municipal de Aceguá, Jean Tasca, Município de Marques de Souza, 31Edgar Sallum, Vilmar Silveira, Contrato Consultoria, Auro de Quadros Machado, OAB – Comissão de Meio Ambiente, 32Juramar Vargas, Ilha das Flores, Rovená Zanchet, Camoa-MPE, Luis Antonio T. Grassi, ABES-RS, Kátia Lipp Nissinen, 33FEPAM – Comissão Municipalista, Sônia Rezende, SEMA/DEFAP, Carlos A.C.Duarte, SEMA/DEFAP, Francine S. Petry, 34SEMA/DEFAP, Luis Fernando Barrios, IBAMA, Valdir Coelho, COOPEIXE, Vilmar Ceggli, Colônia Z-5, Joana Maria Flores 35Coelho, Comissão Ilha da Pintada, Beto Moesch, Câmara Municipal de Porto Alegre, Cristiano Machado Silveira, 36UFRGS/Comitê do Lago Guaíba, Eduardo Zaffari - Amoflores, Julio Cesar Wandom Martins, Movimento Ambiental Partido 37Verde – Tapes, Edgar da Silva, SAA, Karla Maria Cypriano Pieper, SEMA, Alexandre Krob, CERBMA-RS, André Coelho, 38IBAMA-RS e Breno Sabedot-FAMURS. Fica registrado, nesta Ata, que o Sr. Auro de Quadros Machado – OAB, esteve 39presente na reunião do CONSEMA realizada no dia 18/03/04, conforme registro no Livro de Presenças. **Pauta: 1.** 40**Aprovação da Ata da 62ª Reunião Ordinária; 2. Apresentação da proposta técnica de redefinição dos limites do** 41**Parque Estadual do Delta do Jacuí; 3. Habilitação dos Municípios: - Aceguá; - Marques de Souza; 4.** 42**Esclarecimentos: 4.1. habilitação do Município de Não-Me-Toque; 4.2. proposições apresentadas pela AGAPAN,** 43**através do Of. CT. 091-03; 5. Representações nas Câmaras Técnicas: faltas; 6. Assuntos gerais.** Os trabalhos foram 44presididos pelo Presidente do CONSEMA, Sr. Claudio Dilda. **Senhor Presidente:** Senhores Conselheiros, boa-tarde. Só 45para uma verificação de *quorum*, Secretária Executiva: (pausa). Temos *quorum*. Assim sendo, Senhores Conselheiros, 46prezados participantes desta nossa 63ª Reunião Ordinária do CONSEMA, boa-tarde. Bem-vindos a este nosso fórum. 47Dando abertura as atividades desta 63ª Reunião Ordinária, gostaria, então, passar a palavra ao Secretário Estadual do Meio 48Ambiente para que ele dê sua mensagem. **Sr. José Alberto Wenzel:** Nosso boa-tarde a todas e a todos. Talvez alguns 49estejam estranhando, porque me despedi na última reunião e estou aqui de volta. Mas, com certeza, por uma boa causa. E 50nos foi solicitado que nós aguardássemos ao menos até 02 de junho ou até outro momento, mas existe o prazo legal de que 51realmente a gente possa permanecer até 02 de junho. Então, quero aqui cumprimentar a todos e a todas e dizer que 52estamos aqui com muita satisfação e com muita alegria de poder, mais uma vez, estar junto com todos vocês aqui. E, Dilda, 53tenho certeza de que a reunião será excelente, sei que o nosso maestro é campeão na condução destas reuniões com a 54sua equipe, e principalmente com a presença tão significativa e ilustre de todos os senhores e senhoras. Tenham todos uma 55boa reunião. Obrigado. **Senhor Presidente:** De imediato, passamos ao primeiro item da nossa pauta de hoje. **1.** 56**Aprovação da Ata da 62ª Reunião Ordinária.** Com os Senhores Conselheiros a palavra para alguma adequação. **Sra.** 57**Sônia Maria Moreira de Mello:** A correção é para que seja incluído o meu nome na pauta, que não está incluído, houve 58uma omissão do meu nome na última reunião, represento a Secretária da Coordenação e Planejamento. **Senhor** 59**Presidente:** Mais alguma correção necessária? Considerando a inexistência de outras manifestações, damos por 60**aprovada** a Ata da 62ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Este Conselho recebeu as seguintes 61Comunicações: 1 – Ofício SEMA nº 007/2004 – Comunicando a realização da Conferência Estadual de Meio Ambiente 62neste ano. A SEMA solicita que este Conselho indique representantes do CONSEMA para participar da Conferência 63Estadual do Meio Ambiente, da Comissão Organizadora da CONFEMA; 2 – Ofício Gabinete de Ciência e Tecnologia 64indicando Francisco de Carli para a representar o Secretário Kalil Sehbe junto ao CONSEMA; 3 – Ofício nº 014/2004 – 65AGAPAN solicitando que sejam convidados para a reunião os Senhores Alexandre Krob, Presidente do Comitê Estadual da

66Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, e Luiz Rios de Moura Batista, representante da AGAPAN na Câmara Técnica de
67Biodiversidade e Política Florestal; 4 – Ofício nº 027/2004 – CEA, solicitando a exclusão do Centro de Estudos Ambientais
68da Câmara Técnica de Gestão Técnica Estado-Município; Of. CEA nº 030/04 – justificando ausência de seus
69representantes, nesta reunião. 5 – E-mail da OAB solicitando a inclusão da OAB como membro efetivo do Conselho; 6 –
70Ofício 01/2004, da Secretaria de Coordenação e Planejamento, que a Senhora Sônia Maria Moreira de Mello solicitando
71inclusão do seu nome na Ata da reunião anterior; 7 – Ofício nº 310/2004 – O Secretário da Agricultura do Estado do Rio
72Grande do Sul designa Adoralvo Antônio Schio para representá-lo face a compromissos externos; 8 – Ofício nº 003/2004, a
73Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado/Município encaminha Ofícios nº 713/2004 e 707/2004 que foram
74encaminhados para a FAMURS referentes à minuta de alteração do Anexo nº 1 da Resolução CONSEMA nº 004/2000 para
75apreciação do Plenário. Esclarece que esta Câmara Técnica já se manifestou favorável à alteração por meio do Ofício nº
76001/2004; 9 – Ofício da Associação Gaúcha dos Geólogos, referente à instalação de uma Câmara Provisória de Mineração;
7710 – Comunicação do Partido Verde de Tapes, inclusive distribuído neste Plenário aos Senhores Conselheiros e visitantes.
78Estas as Comunicações, portanto. **Sr. Güinter Staup:** Senhor Presidente. Na semana passada o Sr. Vítor enviou uma carta
79a Sua Senhoria, e foi entregue na 5ª feira passada e não sei se é nesta reunião que será registrada esta carta ou não, mas
80está inclusive protocolada a carta. **Senhor Presidente:** O referido expediente foi encaminhado para a Câmara Técnica de
81Biodiversidade. Considerando, então, esgotados estes dois itens da pauta de reunião, passamos, de imediato, para, de
82acordo com deliberação do Plenário do Conselho Estadual de Meio Ambiente da reunião anterior, o próximo item de pauta.
832. **Apresentação da proposta técnica de redefinição dos limites do Parque Estadual do Delta do Jacuí.** Passo
84imediatamente a palavra ao Diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, Milton Stake. **Sr. Milton Stake:**
85Senhor Presidente do CONSEMA, Senhor Secretário Estadual do Meio Ambiente, Senhores Conselheiros, Senhoras,
86Prezados Senhores e Senhoras aqui presentes. Em primeiro lugar, gostaria de apresentar e agradecer à equipe técnica,
87que trabalhou neste projeto, que foram os técnicos Luiz Alberto, a Carla, José Augusto e Margot, que mais de meio ano
88vem-se dedicando a esta causa e digo a vocês, praticamente sem férias, sem final de semana, e muita dedicação a este
89projeto. Antes de apresentar a proposta técnica, propriamente dita, cabe a mim fazer um pequeno histórico das unidades de
90conservação e alguma conceituação necessária para o bom atendimento do assunto técnico que nós apresentaremos num
91segundo momento. Começou-se a falar em unidade de conservação em 1821 no Brasil, quando José Bonifácio de Andrada
92e Silva e sugeriu que se criasse no Brasil um setor administrativo específico para matas e bosques em igualdade com outros
93setores de obras públicas: agricultura, mineração e indústria. Já em 1876, André Rebouças propôs a criação de parques
94nacionais, como de Sete Quedas e Ilha do Bananal. As idéias de Rebouças não foram contempladas, surgindo o primeiro
95parque nacional brasileiro 57 anos depois de suas propostas, ou seja, em 1934. Surgiu, então, nesta época, o Código
96Florestal, que conceituava os parques nacionais, as florestas protetoras e as áreas de preservação permanente. O Parque
97Nacional, fiz questão de trazer este conceito, esta definição jurídica da década de 30, que definia o Parque Nacional como
98“florestas remanescentes de domínio público onde era proibido qualquer atividade quanto à flora e fauna”. Veja bem: em
991934 nós já falávamos de florestas remanescentes. Os primeiros parques nacionais estavam vinculados ao conceito de
100monumentos públicos naturais, segundo a Constituição de 1937 e lhes davam resguardar por seis que tivesse valor
101científico e estético. Era a beleza cênica, o monumento em si, a floresta em si, e não a vida. Em 48, pelo Decreto
102Legislativo, o Congresso Nacional Brasileiro estabelece as primeiras categorias de unidades de conservação, que era o
103Parque Nacional, a Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem. As regiões estabelecidas pela
104proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e da fauna, de importância nacional, das quais o público
105pode aproveitar-se melhor a serem postas sob superintendência oficial. Em 65, então, surgiu a edição que hoje é a Lei nº
1064.771/1965, que é o Código Florestal Federal, a lei genérica, que trata da questão florestal no País. Esta lei genérica já
107introduzia o conceito novamente de unidade de conservação, porém, de uso restrito e direto e não restritiva o uso direto. O
108marco histórico principal que, de certa forma, estuda o direito ambiental, há concordar comigo que foi em 1972 o marco
109mundial na questão do direito ambiental, que foi na Conferência da ONU em Estocolmo, onde que trouxe, para o Brasil a
110partir de então, idéias que são hoje os alicerces, os pilares da questão ambiental como um todo. E dessa década a União
111Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais propôs um modelo de zoneamento para as
112unidades de conservação. Vejam, zona de proteção integral, zona primitiva, zona de manejo de recurso, zona de interesse
113histórico, zona com antigas formas de cultivo, zona de interesse ecológico. Em 1979, propostas pelo regulamento, foram
114regulamentados os parques nacionais de zona intangível, zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso especial, zona
115de histórico cultural. **Sra. Margô Guadalupe Antonio:** Em 79 ainda não existia a categoria de manejo APA. A APA somente
116foi criada em 1981. **Sr. Milton Stake:** Em 1979, pelo Decreto nº 28.436, instituindo o Plano Básico de Parque Estadual do
117Delta do Jacuí, coincidente com este marco, instituindo zonas de reserva biológica, zona de reserva natural, zona de parque
118natural e zona de uso restrito. O que significa isso, senhores? Significa que a unidade de conservação era vista de uma
119forma antropocêntrica, ou seja, o homem sobre a questão natural, sobre a natureza, o homem e depois a natureza e não o
120homem centrado no meio ambiente, fazendo parte da natureza, mas sim transcendendo à natureza. E esta Parque, esta
121situação, senhores, que os moradores que hoje vivem naquele Parque, que construíram suas casas, pois havia um
122planejamento para isso. O Parque, que na verdade, na concepção atual, jurídica, não é parque, mas sim uma APA, como a
123Margot falou, nós permitimos o uso de construir as casas. Quer dizer, num estado de direito, num plano permitindo a
124construção, ora, foram construídas porque havia condições legais para isso. O Parque não era Parque somente para
125proteção, era para engajar a vida a vida urbana dentro da unidade. Porém, em 1981 surgiu a lei, que todo mundo conhece,
126da política nacional do meio ambiente, a Lei nº 6938, que estabeleceu, e estabelece até hoje, as diretrizes, inclusive este
127Conselho aqui faz parte como órgão seccional da Lei nº 6938, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e também dão as
128diretrizes das unidades de conservação, já numa visão não tão antropocêntrica. Logo em seguida, em 82, surgiu a segunda

129etapa do plano de sistema de unidade de conservação para o Brasil com os seguintes objetivos: proteger amostras de toda
130a diversidade de ecossistemas do País, assegurando um processo evolutivo. Vejam, em 82 mudou o conceito, não mais
131aquele antropocêntrico, mas sim protegendo a biodiversidade. Proteger espécies raras, em perigo ou ameaçadas de
132extinção, biótipos, que são a vida, seres vivos, vegetais, animais em lugares diferentes, como, por exemplo, o Parque,
133formações geológicas, geomorfológicas, de relevante valor, paisagem de rara beleza cênica, que antes era, em primeiro
134lugar, agora é uma das últimas condicionantes ou faz parte do todo, mas não tem aquela relevância que era no início. Entre
135outros dois objetivos, que não elenquei aqui para não me demorar muito. Em 84, por meio do Decreto nº 89.336 foram
136definidos dois tipos de áreas protegidas, a chamada “Reserva Ecológica” e a “Área de Relevante Interesse Ambiental”,
137chamada “ARIE”. A ARIE é “Área de Relevante Interesse Ambiental, são aquelas unidades de uso sustentável que podem ser criadas em pequenas áreas, que é
138semelhante à APA. A APA é uma grande área, enquanto que a ARIE é uma pequena área. E a reserva ecológica, por
139decreto, por resoluções, são aquelas áreas normalmente de preservação permanente, que são consideradas como reservas
140ecológicas, APPs que podem ser consideradas como reservas ecológicas, principalmente para proteção da fauna e flora.
141Agora, por que a nossa proposta é tão incisiva, senhores, neste Conselho? Como estamos num estado democrático de
142direito, temos o dever de seguir o ordenamento jurídico, e a nossa Carta Magna obriga o Estado a implantar as unidades, de
143modificar, e a própria lei nos deu dois anos para adequar as categorias à nova proposição, que a Carta Magna mostrou-se
144seguida da Lei nº 9985. Vejam bem, o art. 225 da Constituição, inc. III, diz: “Definir em todas as unidades da Federação
145espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”, proteção especial. Sendo alteração e a
146supressão permitidas somente por meio de lei. Entendo muito inteligente “supressão”, que quer dizer diminuição, ele é muito
147abrangente e muito inteligente de ser colocado. Agora, quais são estas áreas especialmente protegidas, senhores? Qual é o
148nosso dever?O art. 225 fala no dever e obrigação do poder público e do cidadão. Quais são estas áreas? Começa por
149unidade de conservação, a qual estamos defendendo hoje; Áreas de Preservação Permanente: de acordo com as ditas
150da Lei nº 4771, arts. 2º e 3º. Reserva legal, na qual o poder público tem o dever de demarcar, em todos os imóveis rurais,
15120% como reserva legal, que antes era florestal. Agora, não mais necessariamente florestal, mas sim, legal, seja campo,
152seja floresta plantada ou seja nativa. Áreas verdes, a chamada “área institucional”, dos loteamentos, são áreas
153especialmente protegidas por este artigo. E o mais importante de tudo: os biomas. Quais são os biomas principais do País?
154Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Caatinga, Encosta do Mar e Pantanal. Esta é a conotação do art. 225, inc. III, é
155obrigação e um dever, tanto do cidadão, como do poder público. Em 92 surge, então, projeto de criação da CEUC. Vejam
156bem, quatro anos depois da Constituição. Este projeto previa de proteção integral a reserva ecológica, estação ecológica,
157parques, monumentos naturais, refúgio de vida silvestre, unidade de manejo provisória, reservas de recursos naturais.
158Ainda, imaginava-se que certas reservas poderiam ser manejadas, este era o projeto de 92.E as unidades de uso
159sustentado, como reservas das fauna, APA, floresta nacional, reserva extrativista. Porém, só em 2002 que foi promulgado
160este projeto,que falei anteriormente, transformo-se em lei, que é a chamada “Sistema Nacional de Unidades de
161Conservação”, a Lei nº 9.985/2000. E esta lei trouxe uma definição: o que é unidade de conservação? Salvo melhor juízo,
162conservação é uma coisa que se usa de forma sustentável. O termo correto mesmo seria preservação, mas, como isso já
163vem lá de 1821, não é tão fácil de mudar este conceito, porque certas unidades são de uso sustentável. Então, nós
164trabalhamos como definição da unidade de conservação, a definição legal, é o espaço territorial e seus recursos ambientais,
165incluindo águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público. Legalmente,
166dentro do estado democrático de direito, com o objetivo de conservação e limites definidos. Ela tem que ter os limites certo,
167é ali que passa, e até ali o Estado tem a incumbência de administrar sob regime especial da administração. O Estado deve
168colocar pessoas, e uma cobrança para o Senhor Secretário Wenzel, condições, recursos humanos para realmente proteger
169estes biomas. Vou fazer uma cobrança: ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação
170dividem-se agora em dois grandes grupos: de proteção integral e de uso sustentável. A proteção integral, que é a
171manutenção dos ecossistemas livres e alteração causadas por interferência humana, admitindo apenas uso indireto de seus
172atributos naturais, que é a questão como a reserva biológica, só para pesquisa ou educação ambiental. Enquanto que um
173parque, limitado em 1 a 5%, de acordo com o plano de manejo e a visitação, e assim essas unidades os técnicos vão
174colocar isso de forma mais contundente. Uso indireto, que não envolve o consumo, coleta dele ou destruição. O uso direto
175daquilo que envolve coleta e uso. O uso sustentável, que é a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade
176dos recursos ambientais renováveis, e desses processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos
177ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável. Plano de manejo: aqui é muito importante porque os
178colegas vão falar em plano de manejo depois. O que é o plano de manejo? É o documento técnico mediante o qual, com
179fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece-se o seu zoneamento, as suas normas que
180devem presidir a uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias já
181estão na unidade, e isso tanto vale para a APA, como vale para as unidades de proteção integral ou de uso sustentável.
182Este é o Plano Diretor chamado “plano de manejo”. Zona de amortecimento, vocês vão ouvir este termo também: o entorno
183de uma unidade de conservação onde de atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o
184propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Também será comentado depois. A definição jurídica da
185reserva biológica: “A reserva biológica tem, como objetivo, a preservação integral da biota e demais atributos naturais
186existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de
187recuperação dos seus ecossistemas, alterados e as alterações de manejo necessárias para recuperar e preservar o
188equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”. Vejam, a mudança radical que nós tivemos de
1891821 até agora com a Constituição de 88. “A reserva biológica é de posse e domínio público, sendo que as áreas
190particulares, incluídos seus limites, serão desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei”. Obrigatoriamente nós
191devemos adquiri-las ou a desapropriação é a forma de aquisição, o Estado deve desapropriar, deve tomar posse destas

192propriedades. É proibida a visitação pública, exceto aquela com o objetivo, que falei antes, educacional, e com regulamento
193específico. A pesquisa científica depende de aprovação prévia. A APA é a Área de Proteção Ambiental, e é uma área, em
194geral, extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais,
195especialmente os importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo
196básico, de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos
197naturais, o atual Parque do Delta, na verdade, é isso, é esta a definição. A Área de Proteção Ambiental é constituída por
198terras públicas ou privadas. Não há necessidade de desapropriações. Respeitar os limites constitucionais, podem ser
199estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada na APA. As condições para a
200realização de pesquisa científica e visitação públicas nas áreas sobre domínio público serão estabelecidas pelo órgão
201gestor, enquanto que na propriedade privada cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação do
202público. Quer dizer, que ele tem todo o direito sobre a sua propriedade, o direito de propriedade, nesse sentido, não é
203afetado. A APA disporá de um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por
204representante dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no
205regulamento desta lei, que é o Decreto 4330. E o regulamento fala de que este conselho pode ser deliberativo e consultivo.
206Agora, senhores, quando a equipe técnica falar de que como que o Estado vai implantar estas unidades, que todas de
207proteção integral devem ser de domínio público, de onde que vão tirar o dinheiro? E o legislador, ele foi muito feliz ao incluir
208este artigo da aplicação de recursos e compensação ambiental, de que trata o art. 36 da Lei nº 9985, de ter uma certa
209prioridade. Certa, não, mas é taxativo, é o que diz a lei. Esse art. 33 refere-se ao Decreto nº 4330, que diz: “Os
210empreendedores, aqueles que quando da instalação do seu empreendimento demandarem EIA-RIMA, o órgão ambiental
211demandar o EIA-RIMA, exigir o EIA-RIMA, são obrigados a portar, no mínimo, 0,5% do valor do custo total da obra. Estes
212recursos, então, estão sendo canalizados para as unidades de conservação dentro desta ordem taxativa de aplicação.
213Regularização fundiária e demarcação das terras, elaboração, revisão e implantação do plano de manejo, aquisição de bens
214e serviços necessários, quer dizer, é em ordem cronológica. Agora se o recurso for destinado para manutenção da unidade,
215aí segue daqui ou trabalha com esse se for necessária a revisão do plano de manejo. Assim como o desenvolvimento de
216estudos necessários e desenvolvimento de pesquisas necessários. Agora, o que é regularização fundiária? Muitos
217entendiam que regularização fundiária seria um levantamento fundiário. Não, regularização fundiária, no direito agrário,
218entende como regularização fundiária a definição das situações dominiais e processuais de imóveis rurais, situados em
219determinados espaço territorial. Para a solução de questões de natureza, normalmente é utilizada a via discriminatória, por
220meio de procedimentos administrativos ou processo judicial. É uma ação discriminatória principalmente para ver quais são
221as terras devolutas ou não. Por incrível que pareça temos várias terras devolutas ainda em unidades de conservação. E o
222meio administrativo e processual é por meio da discriminatória. Agora, em se tratando de unidade de conservação, que é o
223nosso caso específico, a regularização fundiária consiste na solução das situações dominiais e possessórias, não só no
224sentido de reconhecê-las e mantê-las intocáveis, que eles estão brigando aqui no Departamento, e vocês vão ver o motivo.
225Mas, sim, com o objetivo de incorporar as terras ocupadas a justo título, ou não ao patrimônio. Ao justo aquele que tem o
226justo título, seja previamente e justamente indenizado, e o que tem a posse, da mesma forma, e o que é devoluta, venha, é
227o isso que diz a questão. Para a desapropriação, esse é o decreto que dá a base legal, o Decreto 365, que diz: “A
228preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados, integrados, em conjuntos urbanos e rurais,
229bem como as medidas necessárias a manter-se os aspectos mais valiosos ou características, e ainda a proteção de
230paisagem em locais particularmente dotados pela natureza”, que foi acrescentado isso aqui por uma medida provisória, pois
231o decreto terminava aqui, que tinha aquela visão apenas de belezas, de monumentos históricos. Então, o meio processual
232ou administrativo ou judicial, a base legal é essa. Ele tem uma eficácia de cinco anos após o ato declaratório, que deve ser
233indenizado, e pode ser reeditado após um ano. As desapropriações, essa é uma classificação não muito doutrinária, é uma
234minoria doutrinária que coloca, que geralmente ela é ordinária ou extraordinária, quando se fala em INCRA, em compra de
235terra; ordinária, aquela que você vai lá e compra, paga em dinheiro; a extraordinária, aquela que você paga em
236títulos. Agora, a nossa questão aqui é ordinária, e deve ser paga em dinheiro, a qual se obedece o rito do processo
237expropriatório, mediante indenização justa e prévia, podendo ser por meio de procedimento administrativo e judicial. A gente
238sempre prima pelo administrativo. E a indireta é justamente quando existe o apossamento, pelo Poder Público, sem
239indenização, é esbulho, na verdade. E isso a gente tem que dizer, e como servidor do Estado a gente é contra, é ilegal, de
240certa forma. Mas, o proprietário não tem direito a uma ação possessória, mas sim, indenizatória, com toda a certeza. Agora,
241nós estamos trabalhando em criar um rito correto, ainda que haja a chamada “desapropriação constitucional”, que é uma
242modalidade de desapropriação direta que consiste na inversão da ordem das operações. Inicia-se com o procedimento por
243meio de várias medidas cautelares, que é justamente o que estamos fazendo. E que devem ser tomadas pela
244Administração Pública. Coloca-se um órgão oficial, que faz a avaliação, conversa-se com o proprietário, e assim estão
245sendo adquiridas as áreas para as unidades de conservação. O que são os bens de domínio público? Bens de uso comum
246do povo: rios, mares, estradas, ruas e praças; de uso especial, e esse é o que estamos agora, que é esse que estamos
247agora, neste momento, é o edifício da SEMA, e ele não pode ser alienado, não pode ser vendido, pois eu tenho uma
248destinação específica. Os dominicais são aqueles é patrimônio do Estado, que pode ser alienado sem uma destinação
249específica. Como falei, os bens de uso comum do povo são inalienáveis, enquanto que conservadas a sua qualificação na
250forma que a lei determinar. Os bens de domínio público, quando passar para o domínio, propriedade, posse do Estado, quer
251dizer, o Estado é dono, é proprietário, aí esses bens são inalienáveis, e quantos destinados ao uso comum ou fins
252especiais, com destinação específica. No momento que a unidade de conservação tiver de posse e domínio do Estado, ela
253estará afetada. Uma praça é um bem afetado. Agora, vale lembrar que a desafetação inspira o ato pelo qual o Poder
254Público desqualifica a qualidade da coisa pública para permiti-la apropriável. Agora, atente-se que a desafetação implica

255que a unidade de conservação já está no domínio público. O Estado deve ter a posse e o domínio. Por que a nossa
256preocupação? São as 21 unidades do Estado e não vou-me ater de uma a uma. Vou passar para o Delta. Área atual:
25717.245 hectares. Ano de criação foi em 76/79, fechando esta área. Decreto de utilidade pública ainda não existe. Área
258adquirida: zero. Área a adquirir: 17.245 hectares. E o levantamento fundiário está pronto, e sabemos quem é dono, quem
259não é dono, o que pode ser apossado pelo Estado e estima-se o quanto pode-se gastar. E aí está o nosso objetivo principal,
260Senhores Conselheiros, que é justamente saber exatamente o que nós queremos e até onde podemos chegar, até onde
261podemos esticar as nossas pernas, e até onde o Estado tem condições de chegar, mas sempre pensando em preservar o
262máximo possível. Nós temos, de proteção integral no Estado, unidades decretadas, 85.000 hectares. Adquiridas ainda
263nichos dentro, com problemas, 34%, ou seja, faltam praticamente 63% a serem adquiridos, é um desafio e tanto. Nós
264começamos nas unidades em 1947, são aproximadamente 57 anos, mais de meio século e avançamos 1/3. O grande
265problema é a grilagem. As áreas não são mais aquelas, pois vão diminuindo, este é o nosso temor. Façamos, mas façamos
266as coisas com os pés nos chão, que realmente se tenha condições de fazer, e depois se avance para um passo seguinte.
267Apenas coloquei isso como um paralelo, mas vou passar para os técnicos que agora propriamente vão entrar na definição.
268O nosso projeto está fundamentado, e depois podemos abrir a carta e vão ter uma idéia, na imagem de 2003, e se tem a
269noção de um metro, numa escala de 1 x 1000. Enquanto que no projeto anterior, aprovado por este CONSEMA, era uma
270escala de 1 x 250.000, e alguns dos senhores são engenheiros podem imaginar que um risco de caneta no papel pode
271significar um erro muito grande. A outra questão: que numa reunião anterior até fui questionado por um Conselheiro, e que
272nós seguimos praticamente a desafetação proposta na aprovação. E aí eu me dediquei, peguei a Ata, reli toda, e a
273diferença está aqui, é na face norte da Ilha das Flores, na Ilha do Pavão e na face leste, também na Ilha da Conga. É que
274há aquelas mansões. E aí a questão que pergunto: o Estado terá o dinheiro para desapropriar? Elas são passíveis de
275desapropriação? São. Mas, elas foram construídas num estado de direito, dentro da lei, onde que construídas dentro da lei,
276todas as benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias são indenizáveis. Quem construiu depois disso, sem a autorização ou
277fora dos padrões, ele tem direito a uma indenização necessária. Agora, quem construiu dentro do pendão tem direito a
278indenização de tudo. Teremos dinheiro para desapropriar? A proposta atual é pela exclusão por motivos justamente
279financeiros, e incluir áreas remanescentes na reserva daquelas propriedades, parte delas cairão para reserva biológica e
280outra para APA. Então, passo agora para os Colegas, que vão apresentar a proposta propriamente dita. **Sra. Kathia Maria**
281**Vasconcellos Monteiro:** Só uma questão de ordem. Nós já temos uma apresentação em torno de meia-hora, e acho que
282deveríamos ter uma limitação de tempo até porque o que foi solicitado pelo Conselheiro é que fosse feita uma apresentação
283da proposta e não uma defesa da proposta, uma vez que este assunto já está sendo debatido na Câmara Técnica de
284Biodiversidade e Política Florestal. Então, acho que realmente a gente deveria ter uma limitação de tempo para não
285extrapolarmos. **Sr. José Lauro de Quadros:** Senhor Presidente. Peço que V.Exa. submeta ao Plenário, aos Conselheiros e
286Conselheiras nós gastarmos o tempo que for necessário para aprofundar o tema que está sendo apresentado. Vinte e
287tantos anos, e se nós perdemos uma oportunidade como essa, e que pela primeira vez no Rio Grande do Sul e no Brasil se
288assume uma responsabilidade de Governo, de deixar de esbulhar terras alheias sobre a desculpa de beneficiar a
289sociedade. A sociedade tem que ser beneficiada, mas não à custa dos proprietários particulares. O Governo arrecada
290impostos para fazer da sociedade. E 30% pagam, 70%, destes oitenta e tantos mil hectares não pagos, e fica por isso
291mesmo?E o proprietário que está dentro de sua área, aguardando a sua desapropriação, e não pode fazer nada. Senhor
292Presidente, não posso-me alongar, mas eu me emociono, pois quando fui Delegado do IBDF em 75 quis desapropriar o
293Parque de Aparados da Serra e não consegui recursos, depois, em Brasília, como Presidente do IBDF, e hoje o Parque de
294Aparados da Serra, criado em 59, faltam pagar 40% da área. Essas áreas todas de parques, reservas, estações, agora
295mesmo no atual Governo, em 5 de julho se aumentou a Estação Ecológica do Taim em 77.455 hectares. E na
296responsabilidade fiscal, onde está, no decreto, a origem do recurso, a rubrica do recurso que vai pagar estes 77.455
297hectares? Chega de brincadeiras, vamos aproveitar este momento sério! **Senhor Presidente:** Senhores Conselheiros.
298Foram levantadas duas questões de ordem e gostaria de lembrar que na 62ª Reunião Ordinária do CONSEMA discutimos
299durante um significativo tempo para definir se nós utilizaríamos a reunião ordinária exclusivamente para tratar deste tema,
300se nós agendaríamos uma reunião extraordinária para tratar deste tema, e foi deliberado por este Plenário que além deste
301tema seriam abordadas as outras questões de pauta. Contudo, considerando que este Plenário é soberano, ele pode, se
302assim entender, redefinir. **Sr. Sérgio Cardoso:** Questão de Ordem. Como foi lembrado pela Conselheira Kathia, o objetivo
303está muito bem claro na região registrada em Ata. Nós não vamos esgotar o assunto hoje, é apenas uma das etapas sobre
304esse plano, então, temos que objetivar pois a pauta do Conselho é longa. **Sr. Luiz Fernando:** Estou aqui representando o
305IBAMA. Apenas uma correção na fala do Conselheiro Quadros: Aparados da Serra hoje faltam 30% e não 40%. Por que
306faço questão de registrar estes 10%? É que é tão difícil adquirir terras e passar para o Estado, e isso é tão importante, que
307os 10% são importantes. Com terras adquiridas no final do ano passado, passam a ficar somente 30% e é sinal que é
308possível nós chegarmos aos 100%. **Senhor Presidente:** Repito: o Plenário é soberano. Contudo, lembrando que na reunião
309passada nós discutimos bastante para chegar a este ordenamento. Agora, consulto o Conselheiro Lauro José de Quadros
310se a sua fala é à guisa de proposição. **Sr. José Lauro de Quadros:** É uma proposição. É uma oportunidade e, repito,
311raríssima: pela primeira vez, nos meus quarenta e tantos anos de atividade profissional no Rio Grande do Sul e no Brasil,
312vejo um assunto tratado com a seriedade que deveria ter sido tratada ao longo do tempo pelos governos, que amparados
313na lei têm que fazer cumprir a lei, e não passar por cima da lei. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** A minha
314preocupação, Senhor Presidente, é nós não ficarmos discutindo e rediscutindo. Para nós, enquanto estivermos discutindo
315esta proposta, não é alteração dos limites do Parque. O Parque não vai deixar de ser Parque. E quanto mais tempo se
316prolongar esta discussão neste Plenário, e quanto mais reuniões isso avançar, do ponto de vista de conservação da
317natureza, para nós, Amigos da Terra, é melhor. Nós entendemos que devemos avançar. Por mim não há problema algum

318esmiuçar o assunto hoje ou esmiuçar o assunto na próxima reunião da Câmara Técnica e fazer isso diversas vezes. Só
319gostaria de ter mais objetividade. **Sr. Adoralvo Antônio Schio:** Se nós queimamos o tempo, queimamos o de trás, pois a
320proposta já tinha que ser visto mesmo, e acho que a proposta tem que ser apresentada assim, na íntegra. Se houve
321problema da condução da pauta foi aqui, e daqui para a frente tem que haver uma proposta. **Sr. José Lauro de Quadros:**
322Questão de Ordem. A pauta da reunião foi enviada a todos os Conselheiros. Nós temos marcado o início da reunião: 14h.
323Nós não temos o detalhamento de tempo para cada item. Portanto, vamos gastar o tempo que for necessário, em cada
324item, para que possamos ter algum resultado da reunião, e se nós avançarmos noite a dentro e não concluirmos a pauta,
325podemos marcar uma nova reunião para continuar o debate da pauta. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Entendo
326que esta reunião não é deliberativa, e que, portanto, não haveria necessidade de haver uma defesa da proposta. Então, se
327continua, para mim vai ser ótimo, a gente fica aqui ouvindo, sem problema, cada vez conhecendo mais os argumentos e
328tendo capacidade de debate. Agora, acho fundamental a gente dar continuidade ao trabalho agora. **Senhor Presidente:**
329Acatamos a sua sugestão, Conselheira, e passamos, então, a palavra à Margô Guadalupe Antonio para dar prosseguimento
330à apresentação do reestudo, propriamente dito, para a redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. **Sra.**
331**Margô Guadalupe Antonio:** Boa-tarde a todos. Na verdade, não estamos defendendo a proposta, mas estamos definindo
332conceitos antes de realmente apresentar a proposta, porque no decorrer da proposta, vamos falar em zona de
333amortecimento, vamos falar em desapropriação, vamos falar em APA e entendemos que seja necessário pois algumas
334pessoas não estão familiarizadas com o termo e entendemos que fosse necessário definir antes o que nós estamos
335querendo propor. E, de imediato, vamos passar à apresentação da proposta, dizendo que o Parque Estadual Delta do Jacuí
336é uma das maiores unidades de conservação do nosso Estado. A primeira unidade era o Parque de Nonoai, criado em
3371949, depois o Parque do Turvo, criado em 1947, nosso primeiro Parque, e, em terceiro lugar, o Delta do Jacuí. Este
338Parque está situado na região metropolitana de Porto Alegre, abrange municípios de Eldorado, Nova Santa Rita, Canoas,
339Triunfo e Porto Alegre. A sua importância é por ser um complexo hídrico, formado pelos Rios Caí, dos Sinos, Gravataí e
340Jacuí, que formam o nosso conhecido Lago Guaíba, que era anteriormente chamado de Rio Guaíba. Agora temos definido
341pelo pessoal da Geografia que é Lago Guaíba, pois é uma formação hídrica. E esta junção dá origem a um arquipélago,
342composto por trinta ilhas, algumas áreas continentais, e área essa que foi decretada como Parque Estadual Delta do Jacuí.
343Por que é importante a preservação desta área? Na proteção contra as cheias, amenizando os efeitos das enchentes sobre
344a região metropolitana. Então, o que acontece no Delta do Jacuí? Esses banhados, quando há enchente, sobem o nível de
345água e inundam áreas normalmente secas e a água, praticamente, digamos, espalha-se no Delta do Jacuí. O que
346aconteceria se não existissem esses banhados, essas ilhas? A água, simplesmente, subiria com o nível do Guaíba e
347invasse Porto Alegre. Então, não adianta aquele muro, não adiantaria, poder subir mais 500 metros o muro, se realmente
348desse uma grande enchente, se estes banhados, se estas ilhas não oferecessem essa proteção contra as cheias, puxando
349a água, inundando terras para o lado de lá, realmente esta água toda subiria e invadiria Porto Alegre. Age também como
350filtro natural das águas que abastecem Porto Alegre, melhorando a sua qualidade. Temos, dentro do Delta do Jacuí, seis
351pontos de captação da água para abastecimento urbano. Então, é uma preocupação nossa, inclusive a proposta de APA é
352abranger estes pontos de tomada de água que abastecem Porto Alegre exatamente pelo cuidado que tem que se ter em
353relação à água, e todos estão sentindo diretamente o que está acontecendo com esta seca, que a água está com um gosto
354terrível, e se nós deixarmos que estes pontos de captação fiquem à mercê de assentamentos próximos de mineração,
355enfim, de outras atividades, realmente vai ficar muito pior do que já está hoje. A conservação de uma grande riqueza
356biológica da fauna e flora, presentes nos ecossistemas do Delta, que são os banhados, que são as florestas, as restingas,
357enfim, há vários ecossistemas, mas principalmente banhados. Promoção da estabilidade climática na área urbanizada da
358região metropolitana. Ele serve como produtor realmente de uma estabilidade climática, um micro clima que se transporta à
359área urbana. E devido a condição e aporte de sedimentos responsáveis pelo processo de formação das ilhas e banhados
360pelas paisagens que caracterizam esta unidade. Existem estudos feitos em relação ao aporte de sedimentos, e estes
361estudos estão sendo utilizados inclusive pela própria FEPAM para o licenciamento de retirada de areia, e estes estudos, a
362grosso modo, dizem que os sedimentos se transportam ao longo deste lago todo, principalmente se depositam na margem,
363permanecem em torno de 14, 15 dias nestas margens, e no canal de navegação do Guaíba eles têm uma velocidade maior
364de transporte. E aí está o histórico de toda área em relação a decretos em leis. Foi criado em 76; em 79 foi ampliada a área;
365em 79 foi instituído o PLAMDEL, que nos chamaríamos hoje o "Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí", e que,
366em nosso entendimento técnico, ele era um plano de manejo para a APA e não para um parque, porque no momento que
367ele reconhece uma zona de ocupação urbana, quando toda a legislação, desde 1979 já dizia que parque não pode ter
368ocupação, ele passou a constituir, então, administrativamente que fosse parque. E o Decreto Estadual de julho de 2000, que
369vedou novas intervenções no Parque Estadual Delta do Jacuí, mas antes havia sido permitidas intervenções. Era permitido
370a construção de casas, era permitido uma série de ações dentro do Parque, mesmo definido como tal. Com o Decreto
371Estadual de 2001 que transferiu a administração do Parque da Fundação Zoobotânica ao DEFAP. O Decreto de 2001
372substituiu o 40166, vedando integrações em toda a área do Parque, mas abriu exceção, de qualquer forma, na zona de
373ocupação urbana e na zona de uso restrito, desde que autorizada pela administração do Parque. Isso aí nos causou um
374problema muito sério, pois 90% das ações de fiscalização da nossa equipe técnica era em relação aos aterros, reforma de
375casas, tudo dentro da zona de ocupação urbana, enquanto lá nos banhados se caça, se pesca e nós não tínhamos equipe
376suficiente para fazer a fiscalização onde deveríamos estar fiscalizando, que são nos banhados, na área preservada. Esse
377decreto acho que muito mais atrapalhou a administração da área do que ajudou em relação à questão da fiscalização. E o
378de outubro de 2002 que vedou o uso de jet-ski no Parque em função do revolvimento de sedimentos e pelo prejuízo trazido
379pelo uso do jet-ski. Então, a proposta de redefinição dos limites está fundamentada numa primeira proposta que foi
380discutida neste Conselho em 24-11-2002, depois de várias consultas públicas, e em 2003, no início de 2003, foi solicitado

381pela comunidade das ilhas do Delta, junto à Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa uma audiência
382pública para que se voltasse a discutir a questão do Delta do Jacuí. Foi então formado um grupo de trabalho, em
383decorrência desta solicitação da comunidade, ordenado pelo DEFAP, e composto por representantes das comunidades, por
384outras instituições, por Prefeituras, entidades civis, organizações não-governamentais, enfim, toda sociedade civil e se
385discutiu este assunto. Nós realizamos nove reuniões com estas comunidades e no início a equipe técnica propôs ao grupo a
386criação de um APA onde a zona-núcleo seria o próprio Parque Estadual do Delta do Jacuí. Depois, vendo a questão da
387precisão em que foi feita a primeira proposta, entendemos que deveríamos fazer sobre uma imagem de satélite com uma
388precisão muito maior, por quê? Conforme o Diretor já falou, até as áreas podem ser aproximadas, mas elas não são exatas.
389Acontecia que numa escala de 1 x 250.000, numa foto de 1990, em dez anos dá para imaginar quanto foi alterada esta
390área, e de 1990 até 2002 imaginamos que por ano entram mais de mil pessoas no Delta do Jacuí que instalam as suas
391residências. Então, em dez anos, devem ter entrado entre 8 e 10 mil moradores nestas áreas de ocupação urbana. Então,
392não foi feita em cima de uma situação real. Não foi feita também esta primeira proposta em cima de uma escala apropriada.
393E não estou dizendo 50.000, mas só a espessura do risco da delimitação dos limites seria em torno de 25 metros. Então,
394realmente não há como ser preciso. E o que fizemos? Adquirimos uma análise de satélite, numa escala de 1 x 1000, em que
395cada centímetro corresponde a um metro no campo, e nós temos ali uma parte desta imagem, que gostaríamos depois de
396mostrar como foi feito este trabalho, e aliamos este trabalho todo com um mapeamento topográfico, pessoal no campo
397demarcando, realmente conferindo, e colocamos um marco geodésico dentro da sede do Delta e que vai georeferenciar
398todas as coordenadas obtidas ali dentro. Então, entendemos que isso realmente tem uma precisão, o cálculo de áreas foi
399feito com quatro casas decimais, então, é bastante preciso, e não é questão que nós desprezamos a primeira proposta,
400muito pelo contrário, utilizamos bastante, ajustamos e detalhamos. Não estamos ignorando esse trabalho todo que foi
401desenvolvido, que a equipe tem todo o mérito por ter tomado esta iniciativa, mas entendemos que ela deveria ser
402melhorada, aperfeiçoada dentro das tecnologias que hoje nós temos. Então, esses resultados obtidos nos levantamentos e
403sobre esta imagem do satélite, do Íconos, levaram-nos a uma mudança de categoria de manejo do Parque, pois nós vimos
404que realmente existem áreas ainda muito preservadas, que vale a pena se colocar todo o esforço do Departamento em
405preservar, como proteção integral, e que o Parque não seria a categoria adequada porque o Parque implica em visitação
406pública. E quando se faz o plano de manejo de um parque, tecnicamente é recomendado que no máximo 5% da área seja
407aberta à visitação pública. E no demais, 95% sejam preservadas. A questão do Delta do Jacuí é quanto ao atrativo. Qual é o
408grande atrativo do Delta? Os banhados. Será que a população vai querer visitar banhados? Talvez o pessoal da área
409biológica, o pessoal mais ligado à questão conservacionista queira, mas, o público em geral, não vê, e nós fizemos várias
410perguntas aos participantes do grupo e eles não vêem nenhum atrativo no banhado. Outra questão que nos levou a
411mudança de categoria de manejo é que uma vez os atrativos sendo banhado, estariam espalhados em trinta ilhas, e como
412nós faríamos o controle de visitantes espalhados em trinta ilhas dentro do Delta. Teríamos que ter, no mínimo, sessenta
413guardas, acompanhando os visitantes, cuidando para que eles não façam fogo, que não façam acampamento, que não
414entrem de barco em zona de proteção integral, enfim, seria bastante complicado como categoria parque. E por isso
415entendemos tecnicamente que ao invés de um parque deveria ser feita uma reserva biológica, onde se tem o mais alto grau
416de proteção dentro das categorias de manejo de unidades de conservação, e em volta desta reserva biológica se fazer uma
417APA que se chamaria APA Delta do Jacuí. Uma outra questão é mantermos a primeira proposta para que se fosse
418viabilizada a infra-estrutura das áreas urbanizadas e concluiu-se pela desafetação, e retifico, o termo não é desafetação,
419mas é “exclusão” das áreas de ocupação urbana, elas não estão afetadas, portanto, não serão desafetadas. Talvez
420afetadas apenas as que são consideradas áreas de preservação permanente e as ruas, lógico. Mas, de resto, não estão
421afetadas porque o Estado nunca teve a posse e nem o domínio destas áreas. E foi elaborado este documento que os
422senhores estão recebendo em CD pela nossa equipe que propõe a exclusão, não a desafetação das áreas urbanizadas, a
423criação de uma reserva biológica que teria 13.369 hectares e uma APA que teria 26.269 hectares. Qual é o objetivo desta
424redefinição dos limites do Parque? Regularizar, em primeiro lugar, a situação das áreas de ocupação urbana permitindo que
425a população residente tenha condições de habitação. Porque nós temos várias mansões, mas 90% do pessoal que está lá
426dentro do Delta, temos imagens que colocamos no início, e podemos colocar no final da apresentação, são de miseráveis
427ou quase isso, pessoal que trabalha com reciclagem de lixo e pessoas que não recebem sequer meio salário mínimo para o
428seu sustento. Então, realmente, é uma população muito pobre e que hoje o que acontece é que muitas pessoas moram lá
429sem luz, sem água encanada, sem esgoto, nem se fala nisso, e que pedem condições dignas de habitação. Manter o papel
430exercido por todo esse complexo hídrico do Delta na conservação da biodiversidade e no equilíbrio ambiental da região
431metropolitana. Quer dizer, temos que manter esta área, ela é muito importante ecologicamente, e não podemos
432desconhecer isso, e o Estado tem que concentrar esforços para que seja mantida esta área de banhados do Delta.
433Possibilitar ao Estado exercer o seu papel na administração e controle das áreas protegidas. Conforme falei, hoje 95 ou
434mais por cento do esforço da nossa equipe de fiscalização está concentrada em fiscalizar a área de ocupação urbana,
435porque é proibido a construção, uma série de coisas são proibidas, e nós temos que fiscalizar isso em detrimento de outras
436coisas muito mais importantes que é a caça ilegal, a pesca, enfim, outras coisas que nós deixamos de fazer na área bem
437preservada do Parque, pois se não fizermos o Ministério Público pode-nos acusar de omissos e temos que cumprir a lei.
438Estamos concentrando esforços no local errado, em nosso entendimento. Não é na área urbana que temos que fiscalizar.
439Temos que preservar os banhados e todos esses ecossistemas. Um outro objetivo é conter a ocupação desordenada das
440ilhas e das áreas continentais, promovendo, então, o desenvolvimento sustentável desta área que vai ficar na APA. Por isso,
441nessa definição de APA e de vários conceitos anterior à apresentação, porque realmente a APA permite a propriedade
442particular, mas ela oportuniza ao Estado controlar o uso desta propriedade dentro dos limites legais. Elaborar os planos de
443manejo para a efetiva implantação das unidades. É preciso fazer o plano de manejo da reserva biológica e é preciso fazer o

444plano de manejo da APA, que se chama “plano de gestão”. Tanto o da reserva biológica quanto da APA são passíveis de
445serem feitos, uma vez que se tiver realmente muito bem definido os limites de cada uma das unidades. Captar recursos
446para implantação das unidades de conservação e promover os meios de vida da população residente possibilitando
447alternativas de obtenção de renda e melhorias na qualidade de vida. O que vai acontecer? As pessoas que não estiverem
448na zona de ocupação urbana excluída das unidades de conservação terão que ser reassentadas. E essas pessoas serão
449reassentadas dentro da APA. E mostra a APA que é possível se elaborar projetos de desenvolvimento, projetos junto com a
450comunidade de forma a captar recursos e possibilitar alternativas de renda. Por exemplo: galpões de reciclagem de lixo, e
451uma série de estruturas que há muito tempo esse pessoal solicita do Estado e do Município e que não é possível porque
452eles estão dentro de uma área de Parque. Reformular a proposta existente com base nas informações científicas utilizando
453instrumentos de geoprocessamento e trabalhos de campo. E elaboramos uma nova proposta que também atenda os
454interesses das comunidades, conforme solicitado. Resumindo, o que foi modificado? Foi proposta a criação de uma APA,
455constituída pela atual área do Parque Estadual Delta do Jacuí, e novas áreas que consideramos de importância que devem
456ser, pelo menos, preservadas, ou o uso regulamentado. A criação de uma reserva biológica, com 13 mil hectares,
457abrangendo as áreas preservadas de florestas, ilhas e banhados. Esta reserva biológica está constituída fundamentalmente
458pelas áreas definidas pelo PLAMDEL como reserva biológica, reserva natural e parque natural. Ainda estão sendo incluídas
459nesta reserva biológica áreas que antes eram de uso restrito, que nós entendemos que também são de grande importância
460ecológica, mas estamos anexando à reserva biológica. E a exclusão das áreas de ocupação urbana, que vão totalizar 730
461hectares, consideradas grande parte de uso restrito ou ocupação urbana pelo PLAMDEL, e estas áreas ficam fora das
462unidades de conservação, tanto da APA, quanto da reserva biológica. Então, este é um resumo das modificações que estão
463sendo propostas. Na proposta anterior deveria serem excluídos 505 hectares e incluídos 1.440 hectares e o Parque
464permanecia com esta categoria, e com uma área final de 18.000 hectares. Na atual proposta entendemos que devam ser
465excluídos 1.473 hectares, e a área final da reserva biológica ficaria com 13.000. E a APA passaria dos 17.000, hoje do
466Parque Estadual do Delta, excluindo as áreas de ocupação urbana de 730 hectares, e incluindo 9.700 hectares compostos
467por águas e ecossistemas terrestres, e ficaria com 26.000 hectares a APA Delta do Jacuí. Temos esta imagem do Satélite
468Íconos, onde nós trabalhamos toda esta delimitação feita nesta proposta, e está aí a área do atual Parque Estadual Delta do
469Jacuí, que seria essa delimitação em amarelo claro, hoje é o atual Parque Estadual Delta do Jacuí, e nesta área escura são
470os 17.000 hectares, e o que nós propomos de APA. Fundamentalmente, a APA engloba áreas de água, porque há seis
471pontos de captação de água para consumo, nesta área, e propomos também a inclusão da Ilha do Presídio, dentro desta
472APA, que está praticamente abandonada, e acreditamos que esta Ilha possa ser muito bem aproveitada em termos
473turísticos, enfim. Mas, principalmente porque esta área da APA, na parte sul, é a área de maior importância em relação aos
474sedimentos que são depositados e que formam as ilhas do Delta. Entendemos que dentro desta área não deva ser feitas
475atividades que possam prejudicar todo esse fluxo de águas, que funciona em função do vento e das correntes, e que vai
476proporcionar toda esta proteção que o Delta oferece hoje, que este complexo todo oferece à área urbana de Porto Alegre.
477Então, as áreas a serem excluídas, desafetadas, o termo está mais colocado, são esses 730 hectares, estas áreas
478marcadas em vermelho, que depois poderemos entrar no detalhamento de ilha por ilha, se assim entenderem, e as áreas a
479serem incluídas, que são quatro áreas, fundamentalmente, algumas em reservas biológicas e outras apenas na APA e o
480que ficaria como reserva biológica, esta área em laranja, basicamente o que foi excluído? As lavouras de arroz lá da parte
481norte, de Eldorado do Sul, também áreas ali bastante antropizadas com lavouras nesta porção oeste e ao sul, também, o
482mosaico praticamente de plantações de arroz e fazendas de criação de gado aqui ao sul. Então, praticamente, é esta a
483nossa proposta: retira-se algumas áreas que nós entendemos que são de produção agrícola, não teria por que se anexar a
484área do Delta pela alteração que já apresenta e poderiam ser recuperadas? Poderiam, ao longo do tempo, mas há outros
485banhados de muita importância, e vamos proteger praticamente todas as áreas ao longo dos rios e não haveria por que
486anexar uma grande área de produção de arroz a uma reserva biológica. Por que a criação de uma reserva biológica? Já
487falei que é uma categoria de manejo com o mais alto grau de proteção de todo o grupo das unidades de conservação de
488proteção integral, então, nós queremos realmente proteger, de todas as formas, este complexo biótico, colocando ali a
489fiscalização, enfim, fazer apenas a educação ambiental, não abrindo à visitação pública, mas, realmente, concentrando
490esforço de Estado em cima desta proteção. Não tem realmente, atrativos, os banhados, os sacos, as florestas estão
491dispersos o que dificultaria o manejo como um parque, principalmente em relação ao controle da visitação pública, e permite,
492além da preservação do manejo dos recursos naturais, apenas atividades de pesquisa científica e de educação ambiental.
493Nós temos a Ilha da Casa das Pólvora, que foi recuperada pela Fundação Zoobotânica com recursos do Pró-Guaíba, é um
494excelente centro de educação ambiental, e nós entendemos que deva ser concentrado todo o esforço na educação
495ambiental e não na visitação pública, propriamente dita. E área de posse e domínio público, a reserva biológica tem que ser
496de posse e domínio público, sendo, portanto, necessária a desapropriação, e resta agora simplesmente ver quanto de área
497o Estado vai ter que adquirir e pelo que já foi colocado pelo nosso Diretor, de onde virão os recursos, de medidas
498compensatórias, e a reserva biológica vai facilitar as ações de fiscalização. Hoje a fiscalização é feita pelo nosso pessoal
499juntamente com o Batalhão Ambiental da Brigada Militar, mas, realmente, não tendo uma definição de limites, em que
500realmente pode ser feito dentro da área, fica bastante difícil fiscalizar. A gente não sabe se a pessoa está visitando ou se ela
501está simplesmente pescando, ou se ela está caçando, a gente não consegue, realmente, dentro de 30 ilhas, saber o que o
502pessoal está fazendo. Então, ele só pode fazer duas coisas: ou faz pesquisa científica ou ele está num grupo de educação
503ambiental. Afora isso, não pode fazer mais nada. Então, facilita, sobremaneira, a fiscalização. Por que a APA? Possui,
504como um núcleo, a Reserva Biológica Banhados do Delta, que entendemos que deveria ser chamada assim, seria uma
505área-núcleo da APA do Delta do Jacuí. A APA permite o uso direto dos recursos naturais de forma sustentável. Não
506necessita, em sua totalidade, a posse e o domínio público. Podem haver propriedades particulares. A posse e o domínio

507 público somente é necessária na zona-núcleo que seria a Reserva Biológica Banhados do Delta. O plano de manejo ou
508 plano de gestão da APA é elaborado com a participação dos representantes das comunidades entre todas as outras
509 instituições e implantada também da mesma forma. Então, o Conselho da APA não é um Conselho Consultivo, ele é um
510 Conselho Gestor. As pessoas que vão elaborar o plano de gestão são aquelas que também vão atuar na execução deste
511 plano. Permite a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento comunitário. Os representantes das
512 comunidades têm apresentado várias reivindicações, quer dizer, não temos nenhum projeto de desenvolvimento, não
513 adianta pegar o pessoal e reassentar noutro lugar, simplesmente os joga lá e aí? O que vamos fazer? Nós juntamos papel
514 na cidade e aí? Vai fazer isso onde? No pátio da casa como é hoje, então não vai mudar nada. Então, realmente a APA
515 permite que se façam e se executem estes projetos de desenvolvimento com as comunidades. A APA também disciplina a
516 ocupação e o uso do solo. Não é pelo fato de não ser de posse e domínio público que o Estado não possa intervir quanto ao
517 uso, dentro da lei, e ocupação do solo. Por exemplo, a instalação de uma indústria poluidora, dentro de uma APA, com
518 certeza, não será permitida. É um exemplo, simplesmente. Legaliza também a forma como o Parque sempre foi manejado.
519 E nós continuamos afirmando que embora o nome de parque, o Delta sempre foi tratado como uma APA, conforme o
520 zoneamento estabelecido pelo PLAMDEL, porque foi reconhecida a zona de ocupação urbana. Então, as pessoas que
521 estão lá, elas entraram lá de forma legal porque foi reconhecido e foi permitido uma zona de ocupação urbana. Elas não
522 estão lá, em sua maioria, lógico, ilegalmente. E entendemos que esta APA promove a resolução destes conflitos
523 socioambientais que se arrastam há muitos anos, e que realmente as pessoas querem colocar água, querem colocar o uso
524 em suas águas, solicitam o licenciamento na Prefeitura, a Prefeitura manda para o DEFAP, porque o DEFAP tem que
525 autorizar e um fica empurrando para o outro e as pessoas acabam ficando sem a infra-estrutura e em condições dignas de
526 vida. E um detalhe bastante importante é que conforme o art. 49 da Lei 9985, quando a zona de amortecimento de uma
527 área de proteção integral, formalmente definida, ela é considerada área rural e ela não pode ser transformada em zona
528 urbana. Ou seja, se nós estivéssemos hoje só reserva biológica com as áreas excluídas, teríamos que definir uma zona de
529 amortecimento desta reserva biológica e nesta zona não poderia ser colocada infra-estrutura urbana, ou seja, as pessoas
530 seriam retiradas da reserva biológica, colocadas do lado de fora e continuariam não podendo fazer infra-estrutura. O art. 46
531 diz o seguinte: quando a zona de amortecimento de uma unidade de proteção integral for definida dentro de uma APA, ou
532 seja, vai ser a APA, pode-se fazer toda a estrutura prevista para aquela categoria de manejo, ou seja, a APA prevê que
533 pode ser feita estrada, pode ser colocada água, pode ser colocado luz. Por isso, a nossa preocupação de criar uma APA
534 que permita as pessoas saírem de dentro da reserva biológica, serem assentadas fora desta reserva biológica e possam
535 realmente buscar o saneamento necessário, porque a exclusão das áreas urbanizadas acho que não precisaríamos
536 justificar, e hoje nós temos, dentro do Delta do Jacuí, em torno de 18.000 pessoas, distribuídas em mansões e áreas de
537 barracos, como se diz, extremamente pobres, mas tanto a categoria parque como a reserva, não permitem a ocupação
538 urbana. De qualquer forma, as pessoas se excluíssem estas áreas urbanizadas teriam que sair destas áreas. Resta saber
539 se o Estado teria condições de reassentamento dessas pessoas, são 18 mil pessoas, e em condições de dar uma moradia
540 digna. Colocamos também a questão, temos que ser realistas, tanto a área de pobreza, que está lá dentro do
541 Parque, quanto as mansões, que estão lá dentro, o Estado teria que realmente desapropriar e pagar uma indenização a
542 estas mansões, pois elas foram, conforme disse o Diretor, construídas numa lei. Então, nós teríamos que indenizar a
543 mansão, a piscina, e tudo mais, desde que seja comprovada a posse desta área. E fizemos um cálculo muito por alto, e nós
544 precisaríamos de praticamente todo o orçamento do Estado do Rio Grande do Sul para poder indenizar todas estas 18.000
545 pessoas e mansões, barracos, enfim, reassentamentos e tudo. Então, seria uma coisa completamente inviável. Nós
546 estaríamos enganando uma população dizendo, prometendo um reassentamento, que não iria ocorrer, e nós estaríamos
547 enganando a pessoas, colocando em precatório algo que vai ser daqui a 30, 40 anos, e por isso entendemos que temos que
548 realmente excluir estas áreas das unidades de conservação. E essa exclusão permitirá a instalação da infra-estrutura que o
549 pessoal tanto pede até hoje, de saneamento básico, e garante, pelo menos, uma condição razoável de habitabilidade para
550 estes ocupantes. E vai iniciar um processo de solução destes conflitos socioambientais, que se arrastam há bastante tempo.
551 Quer dizer, não adianta a Prefeitura empurrar para o Estado, o Estado para a União, e vice-versa, alguém vai ter que
552 resolver este problema, e este problema tem que ser encarado dentro de uma realidade. O que se espera com esta nova
553 proposta? Definir uma zona de amortecimento da reserva biológica que seria a APA, melhorar a qualidade de vida destes
554 18.000 habitantes, que estão diretamente envolvidos nesta unidade de conservação, possibilitando que eles permaneçam
555 nestas áreas. É claro que há pessoas que estão em áreas de risco, e isso temos que pensar no reassentamento, mas é um
556 segundo passo, o Estado realmente está pensando nisso, está-se dispondo a buscar uma solução. A legalização da cadeia
557 produtiva regional, então, promover os meios de subsistência da população, existe toda uma produção de arroz nesta área,
558 existe a criação de gado nesta área, existem atividades produtivas e que hoje seriam completamente ilegais se
559 permanecessem dentro do Parque ainda, e menos ainda se permanecessem na reserva biológica. E concentrar os
560 esforços, então, do Estado no manejo destes ecossistemas ainda em bom estado de conservação, praticamente 95% dos
561 ecossistemas vão permanecer muito bem preservados, sendo que apenas 5% vai ser excluído de uma unidade de
562 conservação de proteção integral. Proteger também estas áreas, que nós incluímos, pelo relevante interesse ecológico, e
563 por meio da criação da APA, viabilizar a captação de recursos para financiamento de estruturas de saneamento e controle
564 ambiental da população, principalmente proporcionar a efetiva atuação do Governo do Estado por meio da Secretaria
565 Estadual do Meio Ambiente na conservação de um dos mais importantes e singulares complexos hídricos do território
566 gaúcho. Obrigado a todos. Temos algumas imagens, fotografias sobre a situação, acho que seria interessante, são bastante
567 rápidas. E os senhores estão recebendo neste CD um mosaico do Delta, que vamos abrir aqui bem rapidamente para
568 mostrar como os senhores poderão ver esta redelimitação. As imagens são essas: aqui uma criação de porcos em uma das
569 ilhas; a caça ilegal, o pessoal caça jacaré; o lixo e a ocupação que existe lá; áreas de ocupações irregulares; a reciclagem

570de lixo que é feita; fábrica de cimento; uma vista da ocupação da Ilha dos Marinheiros, e tem uma sede da colônia de
571pescadores, e é dela que se faça um programa dentro do contexto da APA com os pescadores. Há estações de captação
572de água para a área urbana de Porto Alegre, a Moínhos de Vento e a São João. Captação José Loureiro das Silva, e
573estamos propondo a inclusão desta Estação de Captação de Água dentro da APA, esta da Tristeza, a captação da Tristeza,
574pelo menos estamos propondo, por isso a grande área da APA, que estamos propondo que toda esta área onde se capta
575água para o abastecimento público seja protegida de alguma forma. Um aspecto da Ilha do Pavão, no final da raia do
576Grêmio Náutico União, raia de remo, limite natural da raia. O Canal Formoso, há vários aspectos, bastante preservado e
577alguns aspectos de áreas bem preservadas, que vão ficar todas dentro da reserva biológica, e se nota a presença da
578corticeira, e há muita corticeira e árvores, espécies protegidas por lei, um exemplo da floresta, não são apenas banhados,
579são campos alagadiços e a própria floresta e o contraste de uma ilha com Porto Alegre, lá no fundo, e o contraste do
580Parque com a metrópole. Estamos também propondo a inclusão desta área próximo ao Rolo do Conde, e entendemos de
581preservar, e são aspectos da Ilha das Pedras Brancas, ou Ilha do Presídio. E estivemos lá há algum tempo e esta ilha se
582encontra completamente abandonada, e é lamentável, fazem fogo lá dentro, e é uma construção muito bonita e entendemos
583que ela possa ser muito bem aproveitada ou para turismo, enfim, algum aproveitamento deverá ser dado, alguém deverá
584cuidar desta ilha, que é uma pena que vai-se perder um patrimônio cultural, inclusive. Aí forma do Delta, numa visão de todo
585o complexo. Vamos abrir o mapa, ele está no CD, e vamos mostrar que a reserva biológica está constituída por 14
586polígonos, e cada polígono está delimitado, de RB1, RB2 até RB14. Por exemplo: Ilha do Pavão, este amarelo é a reserva
587biológica, o AD seriam as áreas excluídas, e o traço azul seria o traçado da APA. Então, temos todos os polígonos com
588memorial descritivo, com coordenadas, já referenciadas, e que realmente a margem de erro é mínima com relação a esta
589delimitação. Todos os limites foram colocados sem marcos, e é claro que esta proposta poderá sofrer algumas pequenas
590modificações, algumas questões, mas nós entendemos que a nossa obrigação é apresentar a proposta técnica e que essa,
591depois, seja discutida. A idéia é se enviar um projeto de lei à Assembléia Legislativa, e estas exclusões de áreas
592urbanizadas e a mudança de categoria tem que ser por meio de lei. Então, apenas para dar uma idéia do contexto todo.
593Esta imagem pode ser aberta no computador pelo CD recebido e dá par ver muitos detalhes, inclusive. Vamos apenas
594mostrar a carta sobre a qual nós trabalhamos, a imagem, e para quem quiser-se localizar, no que originou este mosaico.
595Agradecemos a oportunidade. **Sr. Milton Stake:** Só complementando, a pedido do Sr. Secretário, nós queremos comunicar
596aos Conselheiros que este projeto será encaminhado ainda hoje à Casa Civil. E toda e qualquer alteração ou proposta de
597modificação, que seja encaminhada ao Departamento e será levado à cognição do Chefe da Casa Civil com a justificativa
598técnica acompanhando. Então, estamos abertos, receptivos, e a partir de segunda-feira para receber todo e qualquer
599pedido de alteração. Porém, os que já foram entregues, já estão sendo trabalhados, já houve vários pedidos da Câmara
600Técnica e já sendo considerados e sendo relevados. **Senhor Presidente:** Agradecemos à equipe do DEFAP pela
601apresentação do projeto, registrando que nós estamos com uma hora e meia para esta apresentação e temos certeza que
602ensajaria muito mais tempo. Considerando, contudo, que está sendo discutido também na Câmara Técnica e lembrando
603que os Conselheiros têm à disposição, não sei se todos já receberam, em CD este projeto, abrimos as inscrições para os
604Conselheiros que queiram-se manifestar. Na ordem?: Amigos da Terra, FAMURS, FARSUL, AGAPAN. **Sra. Kathia Maria**
605**Vasconcellos Monteiro:** Não vou entrar muito no detalhe, apesar de falar bastante, e quero resgatar um pouco da história
606da criação deste Parque, o que já havia feito na reunião da Câmara Técnica realizada segunda-feira. Este Parque foi criado
607num movimento muito especial em nosso Estado, onde foram criadas diversas unidades de conservação. E a criação destas
608unidades de conservação, implantadas ou não, é que permitiram que muitos dos ecossistemas do nosso Estado se
609mantivessem relativamente protegidos até hoje. A criação desse Parque foi fruto de uma grande campanha das entidades
610ambientalistas gaúchas, da qual, a então ADFG foi uma das lideranças, um programa de proteção das ilhas, pois havia o
611Governo que queria aterrar os banhados e fazer um grande complexo turístico ali, em razão das importância das ilhas,
612criou-se este programa, que culminou com a criação do Parque. Então, se o Parque ainda tem alguma coisa para ser
613preservada, é porque ele foi criado, ele não foi criado como um Parque turístico, mas ele foi criado para preservação da
614área. Se ele não foi implantado, aí é outro problema. Aí é um problema da má gestão pública, que durante estes anos todos
615não cumpriu a sua obrigação constitucional de proteger o ambiente natural. E isso se caracteriza inclusive por crime
616ambiental. Aquelas fotos, que foram apresentadas agora, muitas delas são proibidas de acontecer em qualquer lugar. Se
617acontecem num Parque, implantado ou não, o Estado, somente ele, é tão responsável tanto quanto o caçador que vai lá
618matar o jacaré, essas coisas todas. A gente precisa que o Estado assumo o seu caráter de gestor das unidades de
619conservação e seus compromissos. Quero lembrar que foi apresentada uma proposta ao CONSEMA. Houve uma proposta
620apresentada e aprovada ao CONSEMA. Foi uma proposta que foi fruto do debate, várias reuniões entre vários setores, e
621não foi uma proposta aprovada por consenso, há muita gente insatisfeita, mas ela foi aprovada pelo CONSEMA. Portanto, a
622nossa grande indignação foi de ter sido feita toda uma proposta sem sequer a Câmara Técnica ter sido informada de que o
623DEFAP estaria fazendo isso. A questão da falta de recursos, também não é desculpa para não se criar parque, porque,
624afinal de contas, os governos não têm dinheiro para nada. Não tem direito para dar aumento para professor, não tem
625dinheiro para fazer presídio, não tem dinheiro para arrumar estradas e, no entanto, a gente tem que continuar fazendo as
626coisas. A falta de recurso não pode ser justificativa, até porque hoje nós temos o dinheiro das compensações ambientais,
627que, na maioria das vezes, estão sendo destinados para a regularização fundiária. O caso citado de Aparados da Serra,
628onde, nos últimos anos, adquiriu-se mais 10% da área com base nestes recursos. A questão das pessoas que estão
629morando no Parque. É óbvio que no Parque ou na reserva biológica não pode ter gente morando. E é lógico que as áreas
630que são densamente habitadas, isso é consenso, e isso está na proposta aprovada pelo CONSEMA. Essas pessoas vão
631ficar morando lá em área que não é Parque. Quer dizer, vai ser desafetada ou vai ser excluída. Só que estas pessoas vão
632continuar sofrendo enchentes, vão continuar morando em subabitação, porque o fato de saírem de dentro de um Parque

633 não garante a elas condições de vida melhor. E no caso específico da parte que vai ser desafetada no Município de Porto Alegre, a colocação de qualquer infra-estrutura passa pelo Orçamento Participativo. E isso pode ser uma coisa boa, no sentido de agilizar a colocação de água, luz, quanto pode atrasar o processo. Acho que há também uma certa confusão quando se fala em APA, pois se fala em APA, na ampliação do Parque, na ampliação da área protegida, enquanto, na verdade, a área de proteção ambiental que hoje seria um pouco mais de 17.000 hectares, ela passaria a 13.000 hectares. Esses 13.000 hectares também têm que ser desapropriados e indenizados, também tem que ser. Quer dizer, que a questão da falta de recursos vai continuar. Agora, foi colocado ali que a APA vai ter 26.000 hectares. Ótimo, são os 26.000 mais os 13.000 da reserva biológica? Isso sim seria um ganho! Agora, se são os 13.000 mais 10.000 ou mais 13.000 de APA, qual é o ganho? Acho que esta proposta de APA a gente não pode descartar, não se pode desconsiderar, agora, é inconcebível se perder um Parque de 17.000 hectares, passar para uma reserva biológica de 13.000 e se perde pelo menos 4.000 hectares de área protegida, e que órgão que garante a biodiversidade da região metropolitana, que garante a regulação de clima, de água, qualidade de água, quantidade de água, quer dizer, não é um bem para uma pessoa ou para um tipo de comunidade, é um bem para todo o Estado. E a unidade de conservação, reserva biológica é mais restritiva. Então, se ela é mais restritiva vai ter que ter mais rigor ambiental. Se não temos fiscalização de nada hoje, está na hora de começar a fazer. E como Conselheira do CONSEMA, gostaria de passar a receber relatórios das atividades que são realizadas no Delta. Assim como recebo da Rota do Sol, porque é inconcebível, é chocante as imagens que vi aqui. Elas são degradantes e horríveis fora de uma unidade de conservação. Dentro de uma unidade de conservação é irresponsabilidade do órgão gestor permitir isso, é muito simples: não pode, mesmo que o PLAMDEL diga que pode, o bom-senso diz que não pode criação de porcos em cima de área de lixo. Quer dizer, é bom-senso. E por último, Senhor Presidente, quero manifestar a nossa surpresa e a nossa indignação, se é que entendi a última informação do Dr. Milton, de que a proposta seria encaminhada à Casa Civil sem aguardar aprovação por este CONSEMA. Como disse, o CONSEMA debateu durante meses, por sua Câmara Técnica, uma proposta foi objeto das pessoas virem, deixaram o seu trabalho, virem do interior para discutir Delta do Jacuí. E isso foi fruto de reuniões de CONSEMA, foi aprovado, foi feita nova proposta do DEFAP, e isso é legítimo, o DEFAP fazer nova proposta. O que não é correto, o que não é ético, talvez até seja legal, é todo o processo do CONSEMA, todo o tempo que nós investimos, seja perdido para encaminhar uma proposta de lei desconsiderando totalmente o nosso trabalho. Então, o que nós estamos fazendo aqui? Se nós somos o órgão máximo da gestão ambiental neste Estado, e a Secretaria do Estado nos desconsidera totalmente, não sei o que nós todos estamos fazendo aqui. Eu, enquanto Amigos da Terra, sei, e o meu papel é justamente esse: mostrar que nós estamos correndo o risco de sermos feitos de palhaço, de termos investido o nosso tempo, queimado o nosso fósforo para quê? Para o nosso conhecimento ter ficado dentro de uma gaveta e alguém resolver tudo diferente. **Sr. Miguel Schmidt Prym:** A minha manifestação, Presidente Dilda, é no sentido de salvaguardar o direito dos Municípios de opinar sobre este assunto. Há vários Municípios envolvidos, se não me falha a memória, são 16 Municípios, e entendo que esses Municípios deveriam ser ouvidos mais em audiências públicas, e a FAMURS se propõe a reunir os Prefeitos, e não são só os Prefeitos, mas acho que as comunidades têm que ser ouvidas, para uma exposição deste projeto, e antes que vá para a Assembléia Legislativa, que realmente haja um posicionamento das comunidades, que, com certeza, têm interesses afetados, têm interesses envolvidos nesta questão. Como municipalistas, que nós somos, representantes do seguimento, Municípios aqui neste Conselho, estamos propondo que isso seja levado aos Municípios para uma discussão, audiências públicas, uma discussão mais ampla, até porque, concordo com a Conselheira que me antecedeu, pois são chocantes estas cenas, e até não entendo o que está fazendo o Ministério Público, pois se isso acontecesse na minha cidade, que não está dentro de uma área de preservação, não está dentro de um parque, o Prefeito, com certeza, já a esta altura, estaria ferrado. Obrigado. **Sr. José Lauro de Quadros:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Conselheiros. Vou extravasar as minhas preocupações, que vocês já cansaram de ouvir, mas enquanto tiver voz e vez para falar, eu vou falar. E não posso aceitar, e falo como cidadão, e falo como representante da FARSUL, que não se respeite o direito de propriedade assegurado na Constituição. E eu sou produtor rural, escapo dos Sem-Terra e caio no Governo; escapo do Governo e caio nos Sem-Terra. Nos Sem-Terra eu tenho que pedir a reintegração de posse. O Governo, quando invade a minha propriedade, vai-te queixar para o bispo! A Motrisa tem 1.200 hectares no Parque do Itapuã desde 1973, e não foi pago até hoje, está no precatório. Os governos federal e estaduais estão quebrando porque fazem estas dívidas: vou criar o parque, e depois o governo que vem que pague, o outro que pague! E quem está lá naquela área, que foi contingenciada, estes 18 mil moradores do Delta, que não sabem o que vai-lhes acontecer amanhã, que não podem reformar as suas casas, há mansões, há casas boas, é gente que tem poder aquisitivo e quis ir morar junto da natureza, e preservam muito mais e protegem muito mais o que existe lá, ainda de resquício da biodiversidade, pois eles têm interesse na qualidade da vida deles lá. E os pobres que estão lá, foram para lá porque não tinham dinheiro para comprar um terreno, e foram acampando lá dentro. E estão lá também, e há porco lá dentro, o que vai-se fazer? E há gente matando jacaré, o que vai-se fazer! E isso é sinal da pobreza que o Brasil vive, desta falta de uma organização da sociedade, e não vou falar só de governo, mas somos todos responsáveis. E quem elege governo somos nós, e nós somos governo também, mas temos que estar organizados para que, em conjunto, resolvamos os problemas de um País miserável, com a maior riqueza de biodiversidade da Terra, e o Presidente da República tem que fazer essa campanha falando de "Fome Zero". E isso é uma tristeza, e nós temos que chorar de vergonha, e um governo tem que fazer programa "Fome Zero". E não quero-me emocionar, pois quero concluir, Senhor Presidente. Eu quero cumprimentar o Secretário Wenzel, por este trabalho, a sua magnífica equipe, o Milton, trazem uma proposta séria, uma proposta consistente, e ainda vai sobrar terra para desapropriar, mas muito menos, e nós vamos regularizar uma grande parte do que está lá irregular. Se de 76 para 2004 são 28 anos e nós vamos levar mais 28 anos? Há 18 mil pessoas. E se tivesse 1000 não interessa, e este Conselho tem que ter uma seriedade nas suas decisões. E quero propor, Senhor Presidente, temos *quorum* hoje aqui. Vamos aprovar esta proposta da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e temos de

696fato e de direito, e este Parque não é mais Parque, é uma APA. Pela lei é uma APA e APA está na lei, nós temos que
697referendar a lei, e se não estivesse na lei, nós teríamos que caminhar para esse sentido. Em segundo lugar, a reserva
698biológica vai preservar realmente o que temos que preservar, que são estes ecossistemas de banhados e matavas nativas
699que estão lá dentro. Eu proponho referendar a proposta do DEFAP e da SEMA para que ela vá para a Casa Civil com
700legitimidade do Conselho, que representa a sociedade. **Sr. Guilherme Dornelles:** Em primeiro lugar, acho que a Kathia
701colocou a questão central aqui hoje. O Conselho é deliberativo e é instância superior do Sistema Estadual de Meio
702Ambiente. Como instância superior, ele criou uma Câmara Técnica para discutir tecnicamente a proposta que vem do
703Departamento, que é o Departamento que foi constituído especialmente para tratar desta questão das áreas protegidas. Há
704uma proposta que vai ser encaminhada para a Câmara Técnica. Qualquer outro encaminhamento que se faça, neste
705momento, é falta de seriedade, como colocou o companheiro, é falta de responsabilidade e falta de organização. Nós temos
706uma estrutura organizada, onde há uma Câmara Técnica, onde estão os técnicos que representam a sociedade civil e os
707técnicos que representam o Governo para discutir a melhor solução para esta questão. Então, o encaminhamento natural
708desta questão agora, correto, sério e responsável, e que não se desperdiça dinheiro público, nem tempo das pessoas que
709vêm aqui, é encaminhar novamente para esta Câmara Técnica. Há uma nova proposta de reorganização, de redefinição
710desta Parque, é esta a primeira questão que eu coloco. Se vamos falar em seriedade, em responsabilidade, em verba
711pública, em tempo e dinheiro, vamos fazer a coisa de uma forma correta. E me coloco ao lado dos Amigos da Terra para
712repudiar o encaminhamento direto para a Casa Civil, desrespeitando a instância do Sistema Estadual de Proteção
713Ambiental, que é a instância superior é esta aqui e não decidimos ainda que vai para a Casa Civil. Então, o meu repúdio a
714esta colocação. E pode mostrar para o Secretário da Casa Civil, nas internas do Governo pode mostrar, mas não
715oficialmente como proposta do CONSEMA. Em segundo lugar, chamou-me a atenção, e está na Constituição desde o início
716da República, que os rios são de domínio do Estado. Não foi citado, em nenhum momento, os termos de uso, de concessão
717de uso por 30 anos destas áreas das ilhas para as mansões, para estas ocupações irregulares, em nenhum momento foi
718citado. Onde é que estão os decretos aprovados pela Assembléia de termos de concessão de uso para as áreas de domínio
719do Estado. Em segundo lugar, temos uma área maravilhosa, que incendiou há pouco na outra margem do rio, já do Estado,
720que era para construir mais uma fábrica reproduzindo o modelo predatório de desenvolvimento que temos aí, destruidor da
721natureza e aumentando as mudanças climáticas, que é uma fábrica de automóveis a combustão, e estão lá 900 hectares
722que incendiaram-se na semana passada. E, se não me falha a memória, qualquer anúncio, qualquer Classificados aí,
723mostra que uma casa popular de material, não de madeira, custa R\$9.000,00. Se nós temos 18 mil pessoas, digamos que
724haja entre 6 a 10 mil famílias lá, e teríamos R\$100.000.000,00 para construir casas para todas estas pessoas, já temos o
725terreno de 900 hectares. Então, soluções existem. O que nós precisamos saber é a melhor solução técnica do ponto de
726vista de proteção ambiental, do ponto de vista institucional, que é um Parque que foi criado, foram sete decretos que já
727foram feitos para este Parque, foram mostrados aqui. Então, há uma história institucional desse Parque e não podemos
728aceitar um retrocesso de desdescretação de um Parque. No Séc. XXI isso não é mais admissível. Então, quero colocar que
729o encaminhamento natural agora seria nós encaminharmos novamente a questão para a Câmara Técnica, existe uma
730Câmara Técnica, e também nós nos sensibilizarmos com a solicitação que foi feita de uma outra instância, que é o Comitê
731Estadual da Reserva da Mata Atlântica, que também possui quadros técnicos de primeira linha, as universidades também
732estão presentes, e muitas outras instituições que trabalham exclusivamente com este tipo de problemática de unidades de
733conservação, que solicitou a este Conselho que houvesse um tempo para análise desta proposta do DEFAP. Há uma
734proposta nova, então, vamos encaminhar esta proposta nova também para o Comitê Estadual da Reserva de Mata
735Atlântica, pois não sei se os Conselheiros sabem, que o Parque está dentro do domínio da Mata Atlântica, e há uma
736legislação federal ainda protegendo esta área. E, para finalizar, quero lembrar que nós aprovamos neste Conselho um
737sistema mais rápido de licenciamento das lavouras de arroz irrigadas. Então, precisamos saber do DEFAP e da SEMA
738como andam os licenciamentos destas lavouras, que certamente estarão na área de amortecimento, ou estão, então, isso é
739assunto para a Câmara Técnica, e eu não sou técnico da área, mas a minha instituição tem técnicos para trabalhar esta
740questão. Por isso que solicito aos companheiros, os demais Conselheiros que a gente prossiga o debate na instância
741correta neste momento. E o Ver. Beto Moesh aqui fez um comentário sobre esta proposta dos Prefeitos. E eu acho que o
742CONSEMA, e ele propôs isso, e estou-me adiantando, o CONSEMA é a instância privilegiada para que as Prefeituras
743apresentem as suas propostas com relação as áreas que envolvam o Parque Estadual Delta do Jacuí. Então, nós
744poderíamos chamar uma audiência pública do Conselho para trabalhar em conjunto esta questão. Muito obrigado. **Sr. José**
745**Alberto Wenzel:** Senhor Presidente, Srs. Conselheiros, Conselheiras. De forma nenhuma me sinto agredido por terem sido
746citadas palavras de falta de seriedade ou falta de compromisso, pois entendo que isso é no afã da busca de boas soluções
747para todos nós. Portanto, considero estas palavras como de incentivo a que se busque soluções e não palavras de
748agressão. Gostaria de colocar uma questão que não parece importante. Primeiro, a manifestação de todas as senhoras, de
749todos os senhores serão levadas em conta, sim. Há fóruns de debates a serem percorridos, existem, sim. Inclusive, na
750Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Agora, foi feito um trabalho sério, foi feito um trabalho responsável,
751e quero aqui parabenizar a nossa equipe que executou o trabalho, foram feitas inúmeras reuniões com as comunidades que
752convivem com a situação do Delta, estão aqui algumas pessoas, e foram inúmeras reuniões que foram feitas com as
753lideranças, com a comunidade. Na última quarta-feira foi aberta toda a questão do Delta lá para debate com toda a
754comunidade, isto foi feito, tem Ata disso, e foi percorrido todo um caminho de debate. Eu preciso dizer isso em nome da
755responsabilidade, da seriedade com que o Governo Rigotto está enfrentando esta questão. E pela primeira vez na história,
756nós temos a coragem de trazer aqui uma proposta concreta, real, não uma proposta que corte as propriedades ao meio,
757que corte as casas ao meio. Há um trabalho sério que foi contratado, e se for identificado que não é sério, nós iremos atrás.
758Foi contratada uma equipe séria, que instalou um marco geodésico, onde é que todos os pontos estão referenciados.

759Portanto, não são linhas imaginários que nós tiramos do papel e botamos no mapa. Não, isso foi feito um trabalho sério, de
760aerofotogrametria, com testes de campo, com debates com as comunidades. E estão aqui as pessoas que mais estão
761sofrendo, e estão sofrendo há 20 anos com esta situação, e meio ambiente também é gente, meio ambiente é pessoa
762humana inserida no seu contexto. Portanto, nós somos os primeiros defensores deste Delta. Eu, como geólogo, sei muito
763bem do valor do Delta. E é um filtro, é um m criatório, é um de um significado ambiental imenso, talvez um dos maiores do
764planeta nós temos aqui. É uma área de agressão contínua, de movimentação permanente, um contexto riquíssimo na área
765ambiental, e riquíssimo na área humana. Portanto, senhoras e senhores, peço encarecidamente que levemos adiante esta
766proposta. Nenhum canal de comunicação está fechado! O Governo Rigotto não fecha canal de comunicação com ninguém,
767em momento nenhum! Os canais estão abertos, e o Milton acabou de dizer que estão abertas, e as proposições, todas
768elas, seriam levadas daqui, e inclusive aquelas pedindo mais tempo. Agora, por que não posso solicitar, respeitosamente,
769humildemente, responsavelmente aos Senhores Conselheiros e Conselheiras a condição de poder levar isso ao Governo do
770Estado para ser analisado. É uma prerrogativa que nos cabe. Respeitando, sobretudo, as questões ambientais e também as
771questões humanas. Portanto, Senhoras e Senhores, com todo o respeito, com toda a honestidade, olhando nos olhos das
772pessoas, e não me retirando, enfrentando até o fim a questão, quero solicitar e fazer minhas as palavras da proposição de
773levar isso adiante à Casa Civil, mantendo os canais abertos, se necessário, buscarmos mais tempo, mas eu quero a
774condição de poder encaminhar isso com a responsabilidade do CONSEMA ao Governo do Estado para avaliação e
775encaminhamento necessário. Desculpe a minha veemência, mas eu entendi que se fazia necessário esta colocação. Muito
776obrigado. **Sr. Sérgio Cardoso:** Sinto-me muito constrangido porque na última reunião do CONSEMA a Conselheira Kathia
777tinha-me solicitado que eu retirasse a proposta de uma apresentação na Plenária deste Conselho em virtude que este tema
778teria que passar pelas Câmaras Técnicas e posteriormente isso viria à Plenária para se fazer uma reunião de deliberação e
779tomada de decisão. Entendia eu, no momento, que em virtude da ida do Secretário Wenzel, naquele momento, para a
780entrega do projeto na Plenária, e posteriormente, a presença do representante do Diretor do DEFAP, que não se encontrava
781com toda a documentação, com todo o aparato que hoje tivemos a oportunidade de disponibilizar visualmente, e nós
782realmente não tínhamos entendimento, acordamos ali, e eu mesmo fiz a retirada da proposta de apresentação, pois
783entendia porque isso aqui era mais uma etapa, não era uma etapa final. E também fico surpreendido e acho, Secretário
784Wenzel, que nós podemos construir um caminho propositivo na linha que a gente respeite o acordo que foi feito. Concordo
785com toda a sua manifestação no sentido de que a proposta é séria, foi feita por técnicos, só que tinha sido feito um acordo,
786naquele momento. E, naquele momento, se eu retirasse pessoalmente o meu pedido, ele não teria vindo para a Plenária
787hoje. E por isso que ele veio para a Plenária pois nós acordamos, que ele seria apenas uma apresentação e seguiria os
788mesmos trâmites: iria para o Comitê do Lago, Comitê da Biosfera, iria para a Câmara Técnica do Conselho, e num período
789relativamente curto, devido a urgência e a necessidade, nós faríamos esta Plenária e aprovaríamos. Então, só gostaria de
790fazer esta memória do que foi acordado naquela reunião. E eu me sinto constrangido, na verdade, porque foi invertido o
791processo. Entendo toda a preocupação, mas acredito que se eu tivesse retirado o pedido da Conselheira Kathia nós não
792estariamos aqui. E permaneci pois achei que, na verdade, ia seguir os trâmites que a gente tinha acordado. E eu me
793solidarizo com a posição da FAMURS, da AGAPAN, do pessoal, e por isso que é importante a gente ir a todas as reuniões
794do CONSEMA, pois quando a gente falta uma e não lê toda a Ata, a gente não sabe exatamente o que foi acordado. E aí
795discursos acalorados acabam ficando um pouco sem memória do que a gente tinha acordado dentro deste Conselho
796Estadual do Meio Ambiente, que, para mim, continua sendo a instância máxima e política do Sistema Estadual do Meio
797Ambiente. Obrigado. **Sr. Alexandre Krob:** Boa-tarde a todos. Deixa eu me apresentar rapidamente, alguns não me
798conhecem. Sou Presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica, e o Parque Estadual Delta do
799Jacuí é uma zona-núcleo da reserva, e tem toda uma legislação federal aí que nos estabeleceu como co-gestores
800responsáveis por estas áreas todas da reserva no Brasil, por meio do SNUC e da sua regulamentação. E esta Casa aqui em
8011997 reconheceu o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera como um fórum para serem discutidas as questões que afetam
802a reserva da Biosfera aqui no Rio Grande do Sul. Então, em função disso, a gente tem-se envolvido bastante com este
803assunto das alterações do Parque e em 2001 nós já começamos a trabalhar sobre a proposta que veio no Governo anterior,
804e fizemos uma série de considerações técnicas sobre ela, alertando para algumas ameaças e concordando com algumas
805necessidades, que eram apresentadas pela proposta, submetemos a esta Casa aqui manifestação em ofício quanto àquela
806situação. A Casa aprovou a proposta, naquele período, que se esperava que fosse enviada à Assembléia, e agora estamos
807repassando por um momento de rediscussão desta proposta, que necessariamente leva o Comitê a ter que avaliar
808tecnicamente de novo esta situação. Então, em função disso nós enviamos à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ao
809DEFAP e ao CONSEMA a solicitação de que a proposta fosse submetida a uma avaliação do grupo técnico do Comitê
810Estadual da Reserva da Biosfera e pedimos um prazo para que a gente pudesse se manifestar. E, coincidentemente agora,
811na terça-feira, nós tivemos esta mesma apresentação, que foi submetida aqui nesta Casa, foi submetida no Comitê, e a
812Margot ficou de nos repassar mais o conteúdo técnico e estes disquetes, estas informações para que nós pudéssemos
813avaliar, e temos agora, já para a semana que vem, reunião de trabalho em cima deste material que nós vamos estar
814recebendo. Nós, na reunião de terça-feira, fizemos algumas pequenas considerações que apontam, com certeza, a algumas
815necessidades colocadas pela proposta técnica de alterações, inclusive quanto à desafetação de algumas áreas, mas
816também, por outro lado, nota-se algumas necessidades de melhorias técnicas, que chegamos a pontuar em nossa reunião.
817E nós temos, como já foi mencionado aqui, um grupo de instituições que fazem parte do Comitê, e que têm alta qualificação
818técnica nesta área, e inclusive instituições do Governo do Estado envolvido com as unidades de conservação e áreas
819protegidas fazem parte deste Comitê, e nós gostaríamos de reforçar estes Conselheiros a importância que outras
820instâncias, da sociedade gaúcha, tenham a oportunidade de contribuir neste processo. Com certeza existe aspectos
821positivos, mas também ainda melhorias necessárias para que esta proposta possa ser implantada, o que já acontecia na

822 proposta anterior. Uma série de riscos e ameaças que já foram por nós apontadas, elas podem realmente desestabilizar
823 todo esse sistema do Delta do Jacuí, que já tem todo um problema de gestão, como foi colocado aqui, a gente entende esta
824 problemática de gestão, mas que a gente, ao mexer com este sistema complexo, deve, com certeza, levar em consideração
825 a qualificação mais profunda possível de uma proposta que consiga minimizar tais ameaças. Então, eu reforço aqui ao
826 CONSEMA, e peço ao Secretário Wenzel, embora toda esta explanação da necessidade do Governo movimentar com
827 rapidez a proposta, que dê o espaço para que outras instâncias da sociedade, diretamente envolvidas com as áreas
828 protegidas, possam-se manifestar e qualificar o que está sendo construído aqui. Obrigado. **Ver. Beto Moesch:** Boa-tarde.
829 Em primeiro lugar, estou aqui como Vereador, Porto Alegre tem uma área muito grande dentro do Parque, o Parque está
830 dentro de uma área muito grande na Cidade de Porto Alegre, e ficamos satisfeito com o aumento da APA, inclusive nas
831 áreas de captação, que servem para abastecimento da Cidade de Porto Alegre, que era a Cidade, justamente por ser a
832 mais populosa, a que mais impacta todo esse ecossistema: 1.400.000 pessoas, é um impacto tremendo, e justamente Porto
833 Alegre é a maior responsável, portanto a sociedade porto-alegrense deve justamente, a meu ver, a que mais deve priorizar
834 este assunto, porque é a que mais impacta e a que mais depende justamente desse ecossistema para a sua qualidade de
835 vida. Só antes, Presidente, seria interessante só colocar, que nunca mais tinha vindo aqui no Conselho Estadual do Meio
836 Ambiente, e a última vez foi uma reunião, se não me engano, para a aprovação do Código Estadual do Meio Ambiente.
837 Mas, como é importante ver este fórum aqui. Como foi difícil criar o Conselho Estadual do Meio Ambiente, uma coisa
838 impressionante! Foi por meio da Lei nº 10.330, e muitos que estão aqui participaram na elaboração desta lei, a FAMURS, as
839 ONGs tiveram papel fundamental, e não se queria, na época. Só para mostrar a importância justamente deste debate do
840 Conselho em si e do debate para o Delta. O Rio Grande do Sul foi o último Estado a criar um Conselho Estadual do Meio
841 Ambiente. E quando nós apresentamos o projeto de lei, que foi debatido pela sociedade durante mais ou menos um ano,
842 logo após a experiência do Código Florestal do Estado, que também foi amplamente debatido, e está aí com sucesso, um
843 Código referencial no Brasil, dizia-se que o Rio Grande do Sul não poderia receber a GM, na época, se nós aprovássemos
844 o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Vejam o preconceito que nós tínhamos, à época, e infelizmente ainda temos, com
845 relação ao meio ambiente. E que tinha um nome feio ali: Conselho Estadual do Meio Ambiente. E aí era motivo para todos
846 ficarem apavorados. Estou colocando isso pois conseguimos isso, depois de um ano de tramitação na Assembléia, aprovar
847 a Lei nº 10.330, que, entre outras coisas, cria um órgão superior da política estadual do meio ambiente, que é o Conselho
848 Estadual do Meio Ambiente. E como é importante ver esta vibração, propostas muito objetivas, muito claras, para colaborar
849 neste aspecto, alteração de um Parque tendo que ser submetido ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, que tem a
850 obrigação de deliberar. E eu não tenho direito a voto, porque não sou Conselheiro, mas está, justamente na própria lei, que
851 nós temos direito a voz. Portanto, é um espaço extremamente democrático, e nós, com isso, damos transparência à política
852 ambiental do Estado do Rio Grande do Sul dando voz e vez para a sociedade como um todo. Eu que o digo, portanto. Não
853 podemos jamais aprovar qualquer alteração do Delta do Jacuí sem passar pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, e isso
854 está muito claro na Lei nº 10.330/94, não tem como. Mas, isso é importante, pois aqui estão, ao menos se pretendeu, todos
855 os segmentos da sociedades representados, e realmente estão. Estão aqui as ONGs, as universidades, Prefeitura, União,
856 Municípios, entidades produtivas, então, se é para se fazer propostas deve-se justamente usar o fórum do Conselho, para
857 isso que foi criada a lei, então, por meio das reuniões, do próprio Conselho, como esta, ou da Câmara Técnica porque as
858 instituições já estão devidamente representadas no Conselho. E se uma instituição não está representada, ela deve
859 procurar as diversas instituições, ou aquela instituição mais afeita a ela e tentar fazer com que este Conselheiro ou os
860 respectivos Conselheiros levem a proposta de alteração, no caso, do Delta do Jacuí. Assim, ao menos, é que deveria
861 funcionar o Conselho. Quero parabenizar o DEFAP, como um todo, na pessoa do Milton. Já estive lá, várias vezes, inclusive
862 tentando-me apropriar deste projeto. A Margot, não só ela, mas ela foi uma das que conseguiu implantar o Parque de
863 Itapuã, que é uma referência no Brasil hoje, e é importante que a Margot hoje esteja liderando tecnicamente o projeto do
864 Delta, e o Itapuã deu certo, quem sabe o Delta dê certo, embora seja muito mais difícil, pois as características são
865 diferentes, o impacto é muito maior. E os Municípios são, infelizmente, os que não estão colaborando com o Parque, os
866 Municípios como um todo, estou falando das Prefeituras. Por exemplo: há alguns Municípios que levam os resíduos até
867 dentro do Delta. E é uma pressão da comunidade, e com legitimidade, porque sobrevivem ali, e muitas vezes, já foi
868 colocado numa reunião da Assembléia uma verdade, algumas pessoas lá nos anos 60, 70 foram levadas ao Delta pela
869 maneira pragmática de retirarem do espaço central da Cidade. Uma política atrasada, conservadora, absurda, mas que
870 aconteceu, e agora as pessoas estão morando lá, e elas têm os seus direitos, e não podem simplesmente serem retiradas
871 de lá. Agora, todos nós, inclusive as pessoas que estão habitando lá, e nós, que não habitamos lá, dependemos da
872 preservação do Delta, como foi muito bem colocado aqui. Então, realmente, há um impasse, isso faz parte do processo
873 democrático, mas encerro dizendo que não há como nós esgotarmos o assunto sem ser no Conselho Estadual do Meio
874 Ambiente pois ele foi criado para isso, e a lei, muito claramente, diz isso: "É o fórum legítimo e o único para, só apenas
875 depois, ir para a Assembléia Legislativa", que aí sim, é um outro Poder, é o Poder Legislativo, que vai aprovar ou não, e
876 pode fazer emendas lá ou não com relação ao Delta. Mas, esperamos também que a Assembléia Legislativa tenha a
877 grandeza que o que veio do Conselho seja respeitado, porque aqui é o fórum das deliberações de meio ambiente do Estado
878 do Rio Grande do Sul, está na lei, está devidamente representado pelas diversas instituições. Obrigado. **Sr. Luiz Antônio**
879 **Borges Germano da Silva:** Represento a Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul. Antes de mais nada,
880 gostaria de parabenizar o Secretário e sua equipe pelo brilhante trabalho apresentado. Essa semana recebi mais ou menos
881 dez telefonemas de diversas pessoas, de diversas representações, interessadas neste assunto e me perguntando se seria
882 votado este assunto aqui. E fui claro e disse que não seria votado o assunto aqui. E eu, pessoalmente, sinto-me patrolado,
883 como Conselho do CONSEMA, e ia ser feita a apresentação e já vai ser levado adiante. E tenho certeza que o Secretário,
884 com a sua sensibilidade, e aqui vai uma proposta da Sociedade de Engenharia, e também com uma proposição aos meus

885Colegas Conselheiros, que nós tenhamos 30 dias, na próxima reunião do CONSEMA, que nós possamos fazer a votação.
886Como disse o Ver. Beto Moesh, com muita propriedade, o CONSEMA é a última instância antes de chegar na Assembléia.
887E eu também tenho certeza que este assunto já vem-se arrastando por muito tempo. Acredito que 30 dias seja um tempo,
888mais do que suficiente, para que nós possamos fazer esta votação. E eu também já tinha até marcado, na Sociedade de
889Engenharia, uma reunião com a Câmara Técnica de Meio Ambiente para discutir o assunto de uma forma muito ampla.
890Inclusive estas entidades que ligaram iriam para a reunião para a discussão. Então, fica uma aqui uma proposição,
891Secretário, eu tenho certeza que com a sua sensibilidade, mais 30 dias fica tudo dentro do contexto, e acho que
892politicamente bastante correto. Era isso. **Sr. Güinter Staup:** Quero cumprimentar à equipe do DEFAP pelo trabalho, está
893muito bem feito, e eu tenho entendido o seguinte: esta proposta, que acaba de ser apresentada, será encaminhada aos
894diversos órgãos, aqui representados para estudos, opiniões, sugestões, alterações, e de onde sairá uma proposta mais
895definitiva, agora, o encaminhamento desta proposta à Casa Civil, penso que não elimina este trabalho aqui, que será mais
896uma instância do Estado a entrar neste projeto. E, evidentemente, a Casa Civil fará sugestões, alterações, etc. Então,
897penso que enviar à Casa Civil não elimina toda a participação dos órgãos, aqui representados. Não sei se entendi bem,
898Senhor Presidente, mas penso que não é excludente enviar para a Casa Civil, acho que é uma soma. **Senhor Presidente:**
899Na verdade, estou arrolando as proposições que estão sendo levantadas para, oportunamente, uma vez esgotadas as
900manifestações, definirmos. Então, a sua já está contemplada num item. E temos três, por enquanto, sugestões de
901encaminhamento. Uma, é nesse sentido, e já está contemplada. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Senhor Presidente, Senhores
902Conselheiros. Nossa posição, a posição dos Municípios nesse processo sempre foi de tentar discutir o assunto. Aquela
903proposta que foi votada nas Câmaras Técnicas, proposta anterior de delimitação do Parque no final do governo passado, na
904verdade, salvo melhor juízo, não foi votada no Conselho. Ela foi aprovada nas Câmaras Técnicas agora nós estaríamos
905diante de uma nova proposta. Então, Senhor Presidente, preocupa-nos encaminhar diretamente à Casa Civil o assunto
906porque nós estaríamos passando por cima das Câmaras Técnicas. Face a isso, entendemos que poderia abrir
907determinados precedentes em outros assuntos. E aí gostaria de, em nome dos Municípios, colocar que há outros parques
908no Estado. E será que nestes outros parques dar-se-ia os mesmos privilégios que hoje tecnicamente está-se dando, que
909teoricamente falando, a maior parte destas populações existentes dentro do Parque são do Município de Porto Alegre.
910Então, preocupa-nos se no futuro vai haver a mesma forma de atenção aos outros Municípios que também têm os seus
911parques. E aí começa a nos preocupar, pois, na verdade, estamos entrando numa discussão que vai levar a uma discussão
912estadual sobre um Sistema Estadual de Áreas de Conservação, assim como nós temos um Sistema Nacional. Então, não
913sei se o correto seria isso. Então, em nome da FAMURS, mais uma vez, muito preocupado com a área do uso do solo, que
914é algo que cabe eminentemente aos Municípios, é direito constitucional dos Municípios, e isso em todas as Câmaras
915Técnicas que eu tenho ido eu tenho colocado. Se nós temos um bem neste País irreputável chama-se “Constituição do
916Brasil”. E nesta Constituição foi dado aos Municípios a condição de ente federado. E, lamentavelmente, em algumas
917resoluções, que foram aprovadas deste o início deste nosso Conselho, desconsideraram o ente Município. Então,
918preocupa-nos, Senhor Presidente, e pedimos, em nome da FAMURS, que o caminhar natural é o caminhar de fazer com
919que o documento vá para as Câmaras Técnicas. Pode até se chamar duas ou três da Câmara Técnica neste um mês que
920temos entre esta reunião e a próxima, mas entendo que o caminhar natural tem que ser dado. Muito obrigado. **Sr. José**
921**Artigas Souza Leão:** Sou morador de uma das ilhas do Parque Delta do Jacuí. Queria começar fazendo algumas
922considerações sobre a explanação da Dra. Margot. A primeira, é uma pergunta: na proposta que foi apresentada hoje não
923foram apresentadas as quantidades de moradores que serão retirados do Parque, seja por motivos que forem, e que na
924proposta anterior tinha uma quantidade bem grande destes moradores, somando mais de 450 famílias que seriam retiradas,
925das áreas em que estão, e também estavam proibidas de serem relocadas dentro do Parque. Então, sairiam do Parque.
926Não estou falando da desafetação, mas pessoas que estão em áreas de risco, que têm que sair do Parque, e aqui não se
927falou nisso. Então, a pergunta é: não tem ninguém que vai sair do Parque pela proposta de hoje ou há quantidade e qual é
928a esta quantidade? E se tem quantidade e vão ser apresentadas as quantidades, o que vai-se fazer com estas pessoas, que
929sabemos que há uma questão grande. Também uma questão que não foi abordada, que queremos saber, é a questão da
930Rodovia BR-116, RS-290, Travessia Régis Bittencourt, que tudo é no mesmo lugar, com vários nomes, e que hoje está sob
931domínio da CONCEPA, e que alguns moradores deverão sair da área do Parque também em função de legislação da
932CONCEPA. E na apresentação de hoje não foi tocado neste assunto, como se a CONCEPA não fosse dona de uma área de
933Parque. Inclusive na delimitação que se deu da zona de reserva mais reservada, há uma parte na Ilha Grande, como toda
934ela de zona reservada, mas a BR não foi cortada ali, ela tem que estar cortada, pois imagina uma rodovia ser reserva
935biológica natural, e me perdoem, sou meio leigo. Depois tenho alguns pontos a fazer sobre a apresentação que foi feita.
936Quando a Dra. Margot disse que os banhados não podem ser utilizados para turismo, ela disse que várias perguntas foram
937feitas aos participantes do grupo. Imagino eu que era aquele grupo de moradores que estava sendo discutido. E eu fui em
938todas as reuniões e nunca ouvi nenhuma destas perguntas. Um outro ponto que ela mencionou é que 90% dos moradores
939são miseráveis. E esse dado não bate com os dados do censo do IBGE, do censo de 96 e posteriores. Não são esses
940dados. Há pessoas miseráveis, há pessoas com muitas necessidades, há pessoas abaixo da linha da miséria, mas elas não
941representam 90% dos moradores do Parque. E só para citar um exemplo, entre as várias ilhas, há a Ilha da Pintada, que
942tem uma situação social totalmente diversa das demais. E mesmo nas demais, não sei se o índice chega a 90%. Então,
943parece que naquele momento aquele dado era para sensibilizar o CONSEMA. E eu acho que o dado tem que ser buscado
944de qual é realmente o percentual de miseráveis, e usando dados concretos, não suposições, chutes. Outro dado que me
945pareceu na mesma linha, é que foi dito que as mansões construídas, foram todas construídas dentro da legalidade. Na
946verdade, esse dado não corresponde à realidade. Porque uma grande parte das mansões, principalmente as que ficam na
947área de Eldorado do Sul, numa das margens do Jacuí, realmente têm uma legislação própria que permite. Mas, há uma

948 outra parte de mansões que ficam no Jacuí, na outra margem, na Ilha das Flores, e que quando a maioria foi construída,
949 porque tem uma pequena parte que já estava lá antes de 76, 79, mas a grande maioria foi construída depois deste período,
950 e já tinha uma legislação própria para isso. Então, na verdade, esse dado, quando foi dito que todas as mansões foram
951 construídas dentro da lei não é verdade. Há algumas dentro da lei e outras que não foram construídas dentro da lei, como
952 os moradores mais pobres. E não estou aqui dizendo que as mansões têm que ficar ou sair da área do Parque. Só estou
953 dizendo que aquele dado parece que foi falado para sensibilizar o CONSEMA e dizer que as mansões têm que sair mesmo
954 porque estão todas legais. Não, acho que elas têm que sair, mas elas não estão todas legais, e tem que ser dado concreto,
955 e são todas legais. Outra questão é que, na minha opinião, posso estar enganado, como disse, sou leigo, existem impactos
956 ambientais que são causados indiretamente, não só pela condição de alguém estar morando ali em cima. Por exemplo, o
957 esgoto de Porto Alegre causa um impacto violento no Parque Delta do Jacuí, nos seus vários locais de emissão, não só lá
958 no Arroio Dilúvio. E esse impacto acho que deveria estar, de alguma forma, colocado na questão do Parque. Porto Alegre
959 tem que dar alguma compensação, não sei, não entendo disso, mas sequer foi mencionado este tipo de impacto, que é um
960 impacto indireto. E um outro impacto indireto é justamente a rodovia, que atravessa o Parque e divide em dois Parques
961 diferentes, e não considero que possa ter um Parque com uma rodovia atravessando, mas gostaria que esta questão fosse
962 pelo menos abordada, e se não é uma questão relevante, pelo menos *en passant*. Uma outra questão é que o PLAMDEL,
963 quando foi instituído, em 79, quando deu diretrizes mais gerais, de lá para cá, são mais de 25 anos, teve um grande
964 problema, pois originalmente se tinha uma população de 3000 moradores e hoje tem quase 15000. Então, houve
965 problemas aí. E quais foram os problemas? Um dos problemas é que não se tinha destinação orçamentária para as várias
966 coisas que precisam ser feitas, como guarda-parque, guaritas para controle, uma série de coisas, e nada disso foi feito. E
967 parece que este projeto agora peca por um problema parecido, e não estou vendo dotação orçamentária para a fiscalização
968 da zona de reserva biológica e para as várias coisas que têm que ser feitas. E nesta linha também queria dizer que não
969 seria apresentada aqui a questão habitacional. Há moradores que estão hoje em zonas que não são de ocupação urbana,
970 que a proposta diz que vai-se transformar em ocupação urbana, mas as casas lá, a rua só está aberta, é uma buraqueira
971 só, não tem luz, não tem água, e quem é que vai construir as casas destas pessoas? E onde está o saneamento básico?
972 Porque a casa até pode ser responsabilidade de cada morador, mas o saneamento básico não é. E dentro de um Parque, a
973 preocupação maior tem que ser o saneamento. E onde vão o esgoto daquelas casas? E para onde vão o esgoto das casas
974 hoje, inclusive das mansões? Esta questão da política habitacional não foi mencionada, e acho que é importante. Até
975 porque um companheiro disse que uma casa hoje custa em torno de R\$8.000,00. Há propostas alternativas de Municípios,
976 de Prefeituras de Municípios do interior usando materiais alternativos, como cimento com restos de pneus, e é uma questão
977 que saiu a unidade por R\$3.500,00, desde que feita em grande quantidade. E há isso, dá para pegar em site da Prefeitura e
978 pegaram a idéia lá do nordeste, e ela funciona. Então, falta uma política habitacional para quem vai ficar, seja implantada
979 pela SEMA, ou seja implantada por quem quer que seja. Não dá é para dizer: "Ah, a Prefeitura ou não sei quem tem que dar
980 as condições de vida". Outra questão que foi mencionada é que houve uma Comissão constituída de moradores discutindo
981 esta proposta. Para chegar na parte final, realmente houve nove reuniões, mas depois destas nove reuniões faz muitos
982 meses que esta Comissão não foi reunida novamente. E, na verdade, parece-me que aquela Comissão deveria ter sido
983 ouvida antes de ser ouvido o CONSEMA. E mais, a Lei nº 9985, nos arts. 14 e 28 diz que: "Os moradores envolvidos têm
984 que ser ouvidos e têm que ser municiados dos instrumentos para poder-se manifestar". Este mapa que estava prometido lá
985 nossa Comissão de Moradores, ele está sendo mostrado hoje, e ele deveria ter sido mostrado para aquela Comissão, e há
986 uma lei federal dizendo isso. E mais, não é só a Comissão. Os moradores, todos, têm que ser ouvidos lá dentro. Ouve os
987 moradores, depois ouve aquela Comissão e depois vem para o CONSEMA, porque o CONSEMA é superior a todos estes
988 órgãos. E depois que o CONSEMA discutir e aprovar é que vai adiante. E eu tenho a impressão que depois que for para a
989 Casa Civil não volta mais para cá, e deveria. Sair daqui, eu concordo com essa proposta que diz que tem que ser melhor
990 discutido, até porque a população local envolvida não sabe quem sai e quem fica. E está todo mundo lá, e eu sou morador
991 de lá, em polvorosa, não sabe se vai, para que lado que vai ou que vem. E, penúltimo ponto, é que nós, moradores do
992 Parque Delta do Jacuí, queremos ver como é que a gente pode ter representação no CONSEMA, não permanente, mas
993 enquanto a discussão estiver sendo o Parque Delta do Jacuí, pois nós somos moradores, seremos afetados, e gostaríamos
994 de ter direito de voz e voto, e não sei se é possível ou não, mas estou fazendo uma pergunta. Muito obrigado. **Sr. José**
995 **Lauro de Quadros:** Questão de Ordem. Todos nós tivemos direito de falar e continuamos com o direito de nos manifestar.
996 Quando mencionei a questão de ordem, foi porque no início dos trabalhos apresentei uma proposta de que nós votássemos
997 hoje aqui quanto ao mérito da proposta do DEFAP que é transformar o Parque em APA e reserva biológica. Todo esse
998 detalhamento, as áreas poligonais das reservas biológicas, as áreas poligonais das APAs, isso é tudo georeferenciado, isso
999 tudo tem que ser discutido dentro da Câmara Técnica. E vai ser discutido com os moradores. E o Conselho, no seu grande
1000 Plenário, é para referendar políticas de defesa ambiental. E não pode descer em detalhe, que esta linha poligonal tem que
1001 ter tantos graus, tem que ter tantos metros de comprimento, que tem aqui esta área que pode construir uma casa mas só de
1002 dez metros, isso aí o plano diretor, o plano de manejo da área de conservação, que hoje se chama "Parque", está decretada
1003 na sua ampliação como um Parque. E a SEMA, por meio do DEFAP, por meio do Secretário Wenzel, propõe que para
1004 minimizar problemas e assegurar que nós possamos manter esta área riquíssima em biodiversidade, que se mude o
1005 conceito jurídico de proteção, porque não é mais Parque, há muitos anos que foi no papel. Então, nós vamos-nos adequar
1006 uma situação de fato que ali é uma APA e ali poderá ser criada uma reserva biológica. Então, o que vai para a Casa Civil é
1007 este conceito da mudança da caracterização do que é esta unidade de conservação e a Casa Civil vai proceder os estudos
1008 para ver se isso tem que ser por decreto ou se tem que mandar para a Assembléia, e uma APA pode ser criada por decreto.
1009 Já uma reserva biológica tem que ser por lei. E são detalhes, sou agrônomo, não sou advogado, mas vai acelerar um
1010 processo e, enquanto isso, dentro da Câmara Técnica, vai-se junto, com todas as partes interessadas, entidades e pessoas,

1011construir-se o plano de manejo. Eu, por exemplo, estou convencido que esta proposta de transformar o Parque em APA e
1012reserva biológica é o melhor para o que hoje se chama Parque, é o melhor para a natureza, é o melhor para o meio
1013ambiente, e antecipo o meu voto a favor desta mudança. Agora, os Conselheiros que não estiverem não esclarecidos e não
1014puderem votar, o outro Conselheiro que propôs 30 dias, se for esse o caso, que se conceda um prazo, a curto prazo, mas
1015não para descer em detalhes de plano de manejo. É quanto ao que vamos fazer com o Parque. Vamos manter Parque ou
1016vamos transformar em APA ou reserva biológica? **Irmão Laurindo Vracelli:** Sou irmão marista, e temos três irmãos
1017morando lá na Ilha dos Marinheiros, mantemos lá uma creche e um centro social. Atendemos 300 e poucas crianças. E
1018queria chamar a atenção que nós temos toda uma cultura, uma série de coisas, de conceitos, filosofia, que o povão, não
1019adianta, ele só entende o pão quando entra na boca. E não adianta dizer que vem do trigo. E aqueles 18 mil habitantes que
1020estão sofrendo, agoniados, quatro anos que estou morando ali, e todos os dias, e de noite também, pois volta e meia passo
1021às 10h da noite caminhando lá, um quilômetro e meio, dois quilômetros, desde ônibus até em casa a pé, e eles questionam:
1022“irmão, nós vamos ficar ou vamos sair, quando é que vai sair? Eu quero construir a minha casinha, vou
1023construir ou não vou?” E há gente há quatro anos nisso, e podem passar lá na Ilha dos Marinheiros, que seria bom pegar
1024um carro, todo mundo, e dar uma chegada lá nas ilhas e vale talvez muito mais do que todas estas teorias, muito bonitas,
1025este projeto, com o protesto ali, de 100% de transformar isso aqui em APA para depois poder caminhar o resto. Ora, isso
1026aqui tem que ser entendido isso ali, e a igreja entende, é urgente, urgentíssimo! Não dá mais para agüentar! E vocês vão
1027passar lá em diversos lugares, o pessoal está aterrando na beira do rio, e tem cinco metros a casinha deles, e eles estão
1028em cima da rua, está dentro água, quase, está aterrando, está construindo a casinha nova, agora, pois diz que não agüenta
1029mais ficar sem casa. E o que eles querem? De que a Prefeitura, o Governo, seja quem for, diga: “Esse terreno é teu e
1030construa”. Centenas de carroceiros dizem para mim que não estão pedindo casa para a Prefeitura, mas que esse terreninho
1031aqui de hoje em diante é meu, e que podem construir as casas. E tem muito carroceiro ali que ganha R\$1.500,00 a
1032R\$2.000,00 por mês, setecentos, oitocentos, e eles lutam, vêm para a cidade de madrugada, noite a dentro. E temos
1033pobres, e há gente ali que não consegue, realmente, e ainda temos que ajudar, uma série de problemas. Agora, sempre
1034entendi duas coisas bem diferentes que deviam ter encaminhado: primeiro, esse decreto-lei que vai dizer: isso aqui não é
1035mais Parque, é APA, fim de papo. Agora, daqui para a frente, dentro desta APA quais são as áreas que vão ser
1036urbanizadas. E todos os moradores, de todas as ilhas, o ponto de briga, e o pessoal está dizendo que vão trancar a rua,
1037vão fechar, e eles querem uma área maior para área urbana. Então, isso vai ser decidido lá na Assembléia. E se fosse já
1038decidido já agora, e vai encaminhar para a Casa Civil ou mesmo aqui para os senhores, e se tivesse vindo junto, ao mesmo
1039tempo com este projeto científico, um projeto humano, social, habitacional, Ilha dos Marinheiros, são tantas famílias que
1040precisam ser relocadas. Então, precisamos tantos lotes, precisamos tanta área. E estamos vendo, lá na ilha, que pelo
1041projeto, é impossível colocar todos aqueles moradores que estão lá. E um daqueles aglomerados, temos casinha lá de 5 x
10425, e há três famílias, e a maior área urbana são 3 lotes e não 1. Então, vamos ter um monte de gente lá dentro. E a família
1043não sabe qual sai, qual fica, como é que vai ficar. Então, é impossível fazer um projeto. Então, isso vai ainda anos,
1044estamos prevendo isso, e o pessoal não está mais agüentando esta situação, principalmente aqueles que estão com a
1045espada em cima da cabeça, todos os moradores em cima do terreno da faixa. E a CONCEPA disse que está esperando
1046esta reunião daqui que determine que aquela área toda, vocês podem colocar estes moradores, e eles já se ofereceram, já
1047falaram, e estão dispostos a colaborar financeiramente para colocar, aterrar um pouco. E sobre essas indenizações, temos
1048ali dez problemas. Aqueles moradores simples, que moram na beira do rio, que tem aquela casinha dele aqui, que coloca lá,
1049não tem indenização nenhuma. A grande maioria o pessoal não tem direito. E vai ter indenizações com as mansões, e isso
1050vai levar 20 anos. Eles têm advogado, tem mil coisas, e há 15 anos estão lá, e vão recorrer, etc, isso é tranquilo, podem
1051tomar nota, não vai sair. E aqueles outros moradores, bem ao norte que estão fora, da Ilha dos Marinheiros, da parte norte,
1052que já tinham lá adiante duas escolas, uma completamente demolida, outra, que nós queremos que seja reservada como
1053museu histórica, é uma escola que está a desta altura do chão, uma rampa bonita para subir, e está em perfeita
1054conservação porque o vizinho está cuidando. E quero dizer que estes moradores nós precisamos arrumar um terreno o
1055quanto antes. E todos aqueles moradores que estão embaixo da ponte, quanto tempo vão demorar para dizer: “São tantos
1056hectares que estão ali, já podem começar a aterrar, pois tem que levar meio metro, 50 cm, ou 60 cm, em alguns locais,
1057aterrar, colocar condições mínimas para poder habitar, e isso também vai demorar. Então, aqueles moradores, antes de
1058sair debaixo da ponte, vai levar mais dez anos, e isso é um negócio muito complicado, pois muitos moradores estão
1059estourando, inclusive ontem veio um grupo ali, e se o negócio não sai, vou começar a fazer por conta, trancar a rua, e é
1060uma situação realmente muito grave para este morador, a angústia e a incerteza. Então, gostaríamos, de fato, que este
1061trabalho fosse urgente urgentíssima. Obrigado. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** É uma situação bastante difícil, mas há muitas
1062dúvidas em relação a questão fundiária, a questão orçamentária em relação ao Parque, ao direito das pessoas que estão
1063morando lá, a área de preservação do Jacuí é 500 metros, a estrada e várias outras coisas que foram colocadas. O Corpo
1064Técnico da FEPAM não concordando com o encaminhamento que possa ser dado, haja vista que está na pauta a
1065apresentação da proposta técnica, foi isso o combinado, o Conselheiro solicita vista ao processo. Questão regimental, nada
1066pode ser votado. **Sr. Guilherme Dornelles:** Considero prejudicada a minha intervenção, em função de que foi solicitada
1067vista ao processo. Nós iríamos solicitar também, mas já foi solicitado, então, considero contemplada a segunda questão.
1068**Senhor Presidente:** Gostaria de fazer algumas observações no que diz respeito a estas discussões que me parece, tentei
1069fazer uso das idéias que foram lançadas aqui com o objetivo de que não se transforme uma meta muito importante e
1070meritória, haja vista as manifestações aqui feitas, num cenário de discussão inócua, que acabe levando a postergação da
1071consecução de soluções que venham ao encontro da questão macro, que envolva o natural, o ambiental, o social. É difícil,
1072muito difícil chegar a uma solução considerando o nível de problematização que estes, entre outros, chegaram. Só que é
1073alvissareira a forma com que se manifestou a equipe que elaborou este projeto no sentido exatamente de resolver. Não

1074estou entrando aqui no mérito, estou entrando aqui na externalização de um compromisso assumido perante este Plenário,
1075que é, sim, sem dúvida, o órgão máximo da gestão ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Nós temos aqui algumas
1076proposições que foram levantadas no decorrer desta reunião, todas elas muito importantes, observando-se a referência, o
1077ponto de partida que embasaram a sua manifestação. No que diz respeito aos encaminhamentos, meus prezados
1078Conselheiros, meus prezados amigos, aqui presentes, só vou relembra o encaminhamento dado na reunião passada, na
107962ª Reunião Ordinária, quando a este Conselho foi encaminhado pela SEMA-DEFAP esta proposta. Naquela oportunidade,
1080isso está consignado em Ata, por força regimental, foi encaminhada à Câmara Técnica de Biodiversidade do CONSEMA,
1081onde está sendo tratada e discutida. Já houve uma reunião na segunda-feira para tratar desta questão. Nesta mesma
1082reunião já se sinalizou os passos posteriores, ou seja, vai continuar a discussão. Razão pela qual, Conselheiro Eduardo,
1083não procede a solicitação de vista, porque não está em votação o teor desta proposta. Então, acho que aí há uma
1084precipitação. Talvez não estivesse presente e não leste a Ata da reunião anterior, porque o encaminhamento dado foi este. O
1085que está sendo proposto aqui, e tentei, ao longo das manifestações fazer a síntese, e é o seguinte: há basicamente duas
1086propostas, com uma terceira, do Conselheiro Germano, da Sociedade de Engenharia, que, na verdade, estabelece um
1087prazo, que é um pouco diferente. Então, o que é que nas manifestações, aqui formuladas, evidenciou-se? Uma,
1088encaminhar a proposta tal qual está. O Conselheiro José Lauro apresentou, abrindo a sessão das proposições. Uma outra
1089proposição que tentei, e aí coloco obviamente ao Plenário, para que me ajude se não fui competente suficiente para captar
1090a proposição e sintetizar, pois, caso contrário, se fôssemos observar detalhes, nós teríamos aqui dezenas e acho que aqui
1091não é uma sessão de lava roupas, não é uma "lavanderia", é muito sério o que a gente está tratando, assim como não é
1092sessão de desabafo. A outra proposta: levar ao conhecimento do Governo, ao mesmo em que é discutida na Câmara
1093Técnica e no Plenário do CONSEMA, ou seja, qual é o problema que o Conselho diga: chegou ao Conselho e está na
1094Câmara Técnica a discussão desta proposta, e não sei se fui feliz, ajudem-me, prezados Conselheiros, para que a gente
1095consiga consolidar isso. Então, não concedo vista porque regimentalmente não cabe, pois não está em votação. O que está
1096sendo proposto é um aceno, deste Plenário, ou este Plenário quer fazer uma caixinha-de-surpresas para que o Governo
1097tenha conhecimento só depois. De onde é que vamos ter a resposta? E aqui a FAMURS colocou bem. Onde é que nós
1098vamos ter uma resposta a uma série de quesitos que o Artigas colocou aqui, de onde vem o recurso, etc? Olha, o Governo
1099vai ter que acenar com isso. E o Governo vai ter que começar a se preocupar com isso, como é que o Governo vai começar
1100a se preocupar com isso e recebe, num dado momento, uma proposta pronta, se ele não tem uma noção? Acredito que é
1101salutar que o Executivo partilhe da posição deste Plenário, deste Conselho, tome conhecimento e comece, pois, a se
1102preparar. Porque para todos os efeitos, além da manifestação deste Plenário, que é, sim, órgão deliberativo, está ali no art.
11031º da Resolução 07, que o criou, e vai oportunamente remetê-lo. Só que nesta questão nós vamos para a proposição, que
1104o Conselheiro representante da Sociedade de Engenharia, o Germano fez. Vamos estabelecer um tempo? O Conselheiro
1105Germano propôs 30 dias. A Câmara Técnica pode-se reunir extraordinariamente, podemos trabalhar nesta perspectiva.
1106Então, acho, Conselheiro Eduardo, bem claro que não cabe um pedido de vista pura e simples, aqui não se está votando
1107nada. Está-se dando um encaminhamento. **Sr. Guilherme Dornelles:** Parece-me estranha colocação de que o Governo
1108precisa ser informado de uma proposta sua, de Governo, porque o Departamento ao Governo, o Secretário Estadual do
1109Meio Ambiente representa o Governador, representa o Governo dentro desta Plenária. Então, a política que se tem visto,
1110pelo menos dentro dos processos mais democráticos, é que o Governo se reúne para discutir a sua proposta antes de
1111encaminhá-la ou apresentá-la à sociedade. Então, esta é uma questão interna de Governo, e nós tivemos um exemplo
1112muito ruim, para nós, recentemente, quando o Governo encaminhou o projeto de Conselho Estadual de Saneamento para a
1113Assembléia, e a Assembléia votou em regime de urgência e não atende aos apelos da sociedade que pediu para discutir o
1114assunto, porque a sociedade desconhecia aquele assunto, e foi aprovado um Conselho sem a participação da sociedade
1115civil, então, contrariando a lei, e fizemos um parecer, e encaminhamos à Mesa, esperamos que seja distribuído aos
1116Conselheiros sobre isso. **Senhor Presidente:** Que foi encaminhado à Assembléia. **Sr. Guilherme Dornelles:** À Assembléia,
1117inclusive. E me parece estranho: o Governo querer que o CONSEMA informe ao Governo, e o Governo tem os seus meios
1118de ser informado, e podemos cair na mesma situação do projeto de saneamento. A Casa Civil, no outro dia, encaminha à
1119Assembléia, e a Assembléia vota, em regime de urgência, sem ouvir a sociedade, como fez no projeto de saneamento,
1120estamos correndo este risco. **Senhor Presidente:** Aí me permita, Conselheiro, dizer-lhe exatamente o oposto, apontar-lhe o
1121contraditório. Se o Governo quisesse fazer isso, já teria feito, ele já tem o que está sendo proposto, a proposta não é minha,
1122tentei captar do Plenário. É que este Conselho encaminha a sua preocupação, e não estou propondo que o DEFAP o faça
1123via Secretário, e é o que foi proposto por vários Conselheiros aqui, que este Conselho encaminhe dizendo que este
1124proposta está sendo analisada, e levantem-se todas as manifestações do Artigas, do Irmão Laurindo. Meu caro Conselheiro
1125Guilherme, que a negociação da busca do dinheiro é decidida só na Casa Civil. Então, há outras instâncias de Governo que
1126têm que ser acionadas. Podemos encaminhar ou não para a Casa Civil, para que o Governo tome conhecimento. **Sr.**
1127**Guilherme Dornelles:** Conhecimento do quê? **Senhor Presidente:** Do que foi representado aqui, este estudo. **Sr.**
1128**Guilherme Dornelles:** Permita. Se este Conselho entender que deva ser oficiado ao Governo que a proposta do Governo
1129está sendo Plenário, e que é nossa intenção que ela seja debatida nas Câmaras Técnicas e nos fóruns legais, como o
1130Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, isso não é nenhum problema. Agora, o que me preocupa é que o
1131Governo tenha o entendimento que a gente vai encaminhar para o Governo, a informação que chegará na Casa Civil é o
1132que me preocupa. De repente, o Plenário do CONSEMA está dando sinal verde para o Governo, Conselheiro esta proposta
1133que foi apresentada, e não é isso. Estamos dizendo que a proposta foi apresentada no CONSEMA e ela vai ser analisada. E
1134até o nosso setor de imprensa pode informar ao Governo. O meu medo sobre o projeto de saneamento continua, que não
1135se repita o mesmo fato, e que seja mal interpretada a nossa mensagem à Casa Civil, esse é o meu medo. Então, o que
1136vamos encaminhar à Casa Civil que deveria ser colocado em discussão. **Senhor Presidente:** Sim, é isso que vai acontecer.

1137 Releio esta proposição que está sendo a causa desta discussão: levar ao conhecimento do Governo do Estado informando-
1138 que está sendo discutido, na Câmara Técnica correspondente, e no CONSEMA, é isso. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:**
1139 Questão de Ordem. Estou-me colocando contra o Governo, que eu represento, e a favor da sociedade, que eu também
1140 represento. E a questão de ordem é o seguinte: se é isso que tu te manifesta, por que nós vamos votar uma proposta de
1141 mandar algo para o Governo para nada? Qual é a vantagem de nós estarmos perdendo tempo e discutindo aqui meia-hora
1142 a proposta do José Lauro de Quadros, se o Governo já tem conhecimento, o Governo aqui está dentro. Então, para que
1143 nós vamos votar? Votar o quê? **Senhor Presidente:** Eu te respondo: se for isso, nós não temos nada a fazer neste
1144 Conselho, porque muitas das coisas que são discutidas aqui são do conhecimento das partes. Então, nós estamos fazendo
1145 nada. Por esta mesma razão, é que te digo o que acabei de dizer. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Obrigado. Eu não tenho
1146 capacidade intelectual de debater com o senhor. **Senhor Presidente:** Então, V.Exa. queira, por gentileza, ser respeitoso e
1147 representar condignamente os Colegas da FEPAM que representa aqui à altura, correto? Estão duas proposições em
1148 apreciação. Os Conselheiros que julgarem que esta atitude pró-ativa deste Conselho possa-se consubstanciar em levar ao
1149 conhecimento oficialmente do Governo, que este Conselho, por meio da sua Câmara Técnica e seguindo o que é praxe, o
1150 que é regimental, vai cumprir, e a outra, simplesmente encaminhar como uma proposta fechada. São as duas propostas que
1151 nós temos. **Sr. Guilherme Dornelles:** Há três propostas: a primeira, encaminhar a proposta fechada ao Governo como
1152 proposta do CONSEMA, a proposta do Governo passa a ser a proposta do CONSEMA. A segunda, notificar ao Governo
1153 que o CONSEMA está discutindo a proposta nas suas Câmaras Técnicas e citar as instâncias que estão sendo discutidas,
1154 encaminhar oficialmente ao Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. E terceira, estabelecer um prazo de 30 dias,
1155 notificar o Governo que foi estabelecido um prazo de 30 dias para deliberação, por este Plenário, sobre esta questão. Então,
1156 há três propostas. **Senhor Presidente:** Anteriormente, o entendimento havia sido que esta terceira proposta, ou seja, se for
1157 aprovado que se leva ao conhecimento, diz-se que há 30 dias ou não. Ou tu achas que dá para fazer três propostas? **Sr.**
1158 **Guilherme Dornelles:** Uma questão de ordem. Se a primeira proposta for à votação, há um pedido de vista. E para a
1159 segunda proposta temos que abrir os debates, se é necessário esse prazo ou não. A primeira proposta, se for colocada, ela
1160 fica prejudicada pois há um pedido de vista e um segundo pedido de vista. Então, na verdade, temos só duas propostas:
1161 notificar ao Governo com prazo e notificar o Governo sem prazo. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** São
1162 propostas excludentes. E tem que se votar: ou se manda para o Governo um pacote fechado ou se manda para o Governo
1163 para que ele tome conhecimento, é esta uma decisão. A outra decisão é o prazo de 30 dias que este Conselho teria para
1164 votar a proposição da criação da APA. E acho que é primeira votação e a segunda votação, assim eu vejo. **Sr. Guilherme**
1165 **Dornelles:** Concordo, está correto o encaminhamento. Ou se manda ou não manda, e depois se abre a discussão do prazo,
1166 isso a proposta fechada. **Senhor Presidente:** São dois momentos, então, que era a minha intenção. Primeiro, enviamos
1167 não para o Governo na forma proposta. Por gentileza, os Conselheiros favoráveis levantem o seu cartão de votação: **Sr.**
1168 **Guilherme Dornelles:** Questão de Ordem. Há o pedido de vista. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Repetindo a proposta: enviamos
1169 a informação de que está sendo analisada. **Senhor Presidente:** É só, não é a proposta. É com a interpretação que o
1170 Valtemir colocou. Encaminhe-se ao Governo, como informação, agregando-se que esta está sendo discutida nas instâncias
1171 do Conselho. É esta que está sendo posta em votação. Os que concordam levantem o cartão de votação. **19 (dezenove)**
1172 **votos favoráveis: 1 (um) voto contrário;** Nenhuma abstenção. Registre-se o voto contrário da representação da FEPAM.
1173 Portanto, a outra proposta, o pacote fechado não cabe nem colocar em votação. Acredito que o exercício democrático é
1174 fundamental. Agora, consulto o prazo: o Conselheiro Germano propõe 30 dias. **Sr. Guilherme Dornelles:** É uma proposta
1175 que está sendo colocada de se estabelecer um prazo. E temos uma outra avaliação com relação a este prazo. Se o
1176 Governo vai ser notificado de que está em discussão, agora temos que cumprir os nossos prazos, e acho que a Câmara
1177 Técnica poderia trazer ao Plenário aqui já uma proposta de quando poderá entrar em votação neste Conselho, que a
1178 Câmara Técnica vai-se debruçar sobre esta nova proposta, e acho que nós estabelecermos um prazo sem a Câmara
1179 Técnica poder analisar e sem o Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica também poder analisar com o tempo
1180 adequado, não digo que seja 6 meses, mas talvez 45 dias, e acho que poderiam deixar o prazo em aberto aqui para a
1181 próxima reunião. **Senhor Presidente:** Então, há uma segunda proposta: estabelecemos 30 dias ou deixamos em aberto
1182 para uma próxima reunião, contudo, não tão extenso que isso acabe sendo uma discussão permanente. Em votação: os
1183 Conselheiros que concordam que seja votado em 30 dias, que se manifestem: **12 (doze) votos favoráveis: 2 (dois) votos**
1184 **contrários; 1 (uma) abstenção.** **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Questão de Ordem. Gostaria de manter o meu pedido de
1185 vista ao processo, a proposta do DEFAP eu gostaria de conhecê-la. **Senhor Presidente:** A proposta já está há 30 dias de
1186 posse da Câmara Técnica, e está livre, tem acesso para qualquer um, muito mais da casa. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
1187 **Cunha:** O meu encaminhamento é nesse sentido. Por coerência a alguma defesa já feita aqui, no sentido de que todo o
1188 Conselheiro que tiver interesse num tema em debate nas Câmaras Técnicas, a eles é assegurado o livre acesso para
1189 interar-se. No momento que este Plenário já se deu um prazo de 30 dias, ele já sinalizou que deseja ter a questão resolvida
1190 em 30 dias. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Não vamos ter *quorum*, e temos dois Municípios que a habilitação está aqui com o
1191 Conselho, a homologação da habilitação, e alguns Conselheiros têm compromisso de ordem pessoal e têm que se retirar,
1192 por favor, Senhor Presidente, gostaria de pedir, se fosse possível, que a gente colocasse, então, em homologação os dois
1193 Municípios, e depois a gente voltasse a esse assunto, se for necessário. Muito obrigado. **Sr. Guilherme Dornelles:** Queria
1194 solicitar ao Plenário que há lembrança de que há um regramento para o pedido de vista do processo. Então, se um
1195 Conselheiro solicita vista ao processo, ele está sabendo de toda a responsabilidade desta decisão. E nós, como Plenário, só
1196 podemos respeitá-la, não podemos passar por cima disso dessa forma, assim como está sendo proposto aqui. Foi solicitada
1197 vista, e o Conselheiro tem direito, e tem que ser dada vista ao processo, ao Conselheiro. **Senhor Presidente:** Estou aqui
1198 com o Jurídico, e não estamos votando a aprovação de nada. Essa é a questão. Cabe vista? É a pergunta que estou
1199 fazendo aqui. **Sr. Paulo:** Se fosse votar matéria, tudo bem, mas o encaminhamento pura e simples, acho que é previsto o

1200pedido de vista. **Senhor Presidente:** Não cabe vista, não está concedido o pedido de vista. pedido de vista. Quero
1201verificação de *quorum*. Há pedido de Conselheiro que pede verificação de mais um item para vermos se temos condições
1202ou não. Por gentileza, os Conselheiros presentes levantem o cartão: Temos 16 Conselheiros, há *quorum*, muito bem,
1203cumprimentos. Vamos ao próximo item de pauta, o terceiro. Os demais itens, quarto, quinto e sexto, não comprometem, de
1204forma nenhuma, a atuação deste Conselho, e por esta razão nós os transferiremos para a próxima reunião. Vamos para o
1205terceiro item de pauta. **3. Habilitação dos Municípios: - Aceguá; - Marques de Souza.** Por gentileza, a relatoria. **Sra.**
1206**Karla Maria Cypriano Pieper:** Sou engenheira e Coordenadora da Comissão de Municipalização, aqui representando o
1207Presidente da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado/Município. Municípios em7caminhados hoje: Marques de
1208Souza e Aceguá. Primeiramente, o Município de Marques de Souza. O pedido teve o seguinte encaminhamento: “A
1209documentação enviada ao Município de Marques de Souza foi analisada pela Comissão de Municipalização e pela
1210Assessoria Jurídica da SEMA. Em 25-03-2004, após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a Comissão de
1211Municipalização apresentou relatório, parecer a esta Câmara Técnica do CONSEMA, recomendando a homologação do
1212pedido de habilitação. Em 25-03-2004, na 10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica o pedido foi examinado e se mantida a
1213votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Face ao exposto, encaminho a citada documentação anexa, com o parecer
1214favorável à habilitação do Município de Marques de Souza para o exercício de licenciamento ambiental das atividades de
1215impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA nº 04/2000 e Resolução CONSEMA nº 011/2000”. Este é o parecer.
1216Com relação ao Município de Aceguá. O pedido teve o seguinte encaminhamento: ele passa pela Comissão de
1217Municipalização, uma comissão multidisciplinar. Em 25 de março ele foi encaminhado para a Câmara Técnica, onde foi
1218apreciado e recomendado a homologação do pedido de habilitação a este Conselho. Então, face ao exposto, encaminha-se
1219para a documentação anexa, com parecer favorável, a habilitação do Município de Aceguá para o exercício do
1220licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução nº 04 do CONSEMA e Resolução nº
1221011 do CONSEMA. Este é o parecer, Eng. Mário Buede Teixeira, Presidente das Câmara Técnica”. **Sr. José Lauro de**
1222**Quadros:** Tendo em vista que preciso-me retirar, e que a Câmara Técnica aprovou por unanimidade a homologação dos
1223dois Municípios, eu dou o meu voto a favor do licenciamento. **Senhor Presidente:** Colocamos em apreciação a habilitação
1224dos Municípios de Aceguá e Marques de Souza. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só para tentarmos avançar na padronização dos
1225pareceres. Se um parecer tem um determinado tipo de informação e que o outro não tem, e aí a gente acaba perdendo, e
1226há algumas coisas, como, morros, encostas, 50% dessa área está sendo coberta por capoeiras, pelo abandono. E isso é
1227mais poético do que técnico. Então, gostaria que de repente os pareceres tivessem sempre as mesmas informações, que
1228fossem coletadas mais informações, e se isso não está contemplado no relatório, que a gente pudesse trabalhar nesta linha.
1229E quando se falar de saneamento, quando se falar de população, quando se falar de economia, a gente trabalha no mesmo
1230padrão, pois senão fica difícil a gente fazer um trabalho diferenciado, porque teoricamente as informações deveriam ser as
1231mesmas, obedecendo a resolução deste Conselho. Era só isso. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Senhor Presidente. Eu tomo a
1232liberdade, como participante da Câmara Técnica, de responder ao Conselheiro Sérgio, de que esse assunto foi discutido na
1233última reunião da Câmara Técnica, e a Comissão de Municipalização já está tomando as providências para que futuramente
1234todos os relatórios venham padronizados. **Senhor Presidente:** Colocamos em votação a habilitação dos Municípios de
1235Aceguá e Marques de Souza. Conselheiros favoráveis levantem o cartão: 15 (quinze) votos favoráveis: contrários (não);
1236abstenções (não). **Aprovada a habilitação de Marques de Souza e Aceguá.** Quero ainda fazer duas comunicações que
1237foram encaminhadas na data de hoje pela Associação Gaúcha dos Geólogos, propondo-se a contribuir, participando da
1238Câmara Técnica de Gestão das Águas. E da AGAPAN solicitando o cumprimento da Moção CONFEMA/2000, no que trata
1239da construção de barragens do Rio Uruguai. Considerando, portanto, as peculiaridades que caracterizaram a nossa reunião,
1240deixando dois itens de pauta para a 64ª Reunião Ordinária, declaramos encerrada a 63ª Reunião Ordinária do CONSEMA.
1241Muito obrigado, Senhores Conselheiros, e até a próxima reunião. (Encerram-se os trabalhos às 17h45min.)